



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 8/2021

Sessão Extraordinária de 26 de Julho de 2021

Aos vinte seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, por videoconferência, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

24 Deputados Municipais do PS- Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luís Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição (2ª secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Vitor Cristiano da Piedade Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Luis Manuel Amélio Pinguinha (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

8 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte, Francisco André Pereira Rodrigues (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Manuel Fernandes Gaspar (em substituição da Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vitor Aleixo, e os Vereadores, Pedro Pimpão, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Estiveram ausentes:-----

O Deputado Independente, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente o Presidente da Assembleia Municipal, que não iria participar na reunião.-----

Apresentaram pedidos de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, tendo o mesmo sido substituído por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-----

Os Deputados Municipais do PSD,-----

O Deputado Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Francisco André Pereira Rodrigues.-----

A Deputada Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), comunicou impedimento em estar presente, designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Manuel Fernandes Gaspar.-----

Faltou, sem ter apresentado justificação; Ricardo Manuel Casanova Lampreia -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1-Intervenção do Público;-----
 - 2-Aprovação de Atas;-----
 - 3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----
 - 4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----
 - 5-Moções;-----
 - 6-Período da Ordem do Dia;-----
- a)- Proposta 47/2021- Deliberação relativa às Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano de 2020, nos termos do n.º2 do artigo 76.º da Lei n.º73/2013, de 03 de Setembro, conjugado com a alínea l) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1054-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----
- b)- Proposta 48/2021- Deliberação relativa à Aprovação dos Relatórios de Avaliação referentes à empreitada Circular Norte de Loulé, autorização para aquisição dos imóveis, devidamente identificados quer nas fichas de avaliação, quer no mapa de expropriação, nos termos e efeitos do art.º 25.º, n.º1, alínea I e art.º 33.º, n.º1, alínea CCC, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (RJAL), na sua atual redação; [Proposta da Câmara Municipal n.º 966-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----
- c)- Proposta 49/2021- Deliberação relativa ao Contrato-Programa com a Loulé Concelho Global, E.M., Unipessoal, S.A, nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1084-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----
- d)- Proposta 50/2021- Deliberação relativa à Delegação de Competências na Empresa Municipal Loulé Concelho Global; [Proposta da Câmara Municipal n.º 964-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----
- e)- Proposta 51/2021- Deliberação relativa ao Reconhecimento e Proteção de Estabelecimentos e Entidades de interesse histórico e cultural ou social local do estabelecimento de Produtos Alimentares ESPAL- Estabelecimentos Serra Produtos Alimentares, LDA - após publicação em Edital datado de 28 de Maio de 2021; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1091-2021] (plataforma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 52/2021- Deliberação relativa à Alteração da Composição do Júri do Procedimento Concursal para recrutamento do cargo Diretor de Departamento Jurídico-Administrativo - Designação do Júri; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1032-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 53/2021- Informação relativa à Classificação como Monumento de Interesse Municipal da vivenda unifamiliar sita na Avenida Ayrton Sena da Silva n.º 33 no loteamento Golfe Norte na Quinta do Lago- Freguesia de Almancil [Proposta da Câmara Municipal n.º 1092-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foram iniciados os trabalhos;-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1 - Intervenção do Público;-----

Foi lida a intervenção da cidadã **Maria Helena Romão**, foi dado conhecimento deste pedido às autoridades - APA, ARH Algarve, Câmara Municipal, Direção de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Algarve, também foi dado conhecimento à CCDR Algarve, ICNF, AMAL e a este órgão Assembleia Municipal de Loulé. Assunto: Denúncia-alerta à Assembleia Municipal de Loulé da prática ilegal por parte de empreiteiros de furo de água Sondaloulé-Sondagens e Captações de Água Lda. para pressionar e forçar os vizinhos do sítio onde este empreiteiro tem ordem do proprietário do terreno para fazer um furo de água para forçar e pressionar os vizinhos para dar autorização para que este empreiteiro de sondagens e captações de água subterrâneas venha a fazer o furo e fazer o teste de caudal sítio Almarjão, Querença, Loulé. Excelentíssimo Senhor Presidente, eu Maria Helena de Sousa Romão Rocheta Pires, residente no sítio do Almarjão, Amendoeira, Querença, venho por este meio apresentar a minha denúncia perante a Agência Portuguesa do Ambiente, ARH Algarve e Assembleia Municipal de Loulé como órgão fiscalizador da prática ilegal por parte do empreiteiro de furos de água Sondaloulé - Sondagens e Captações de Água Lda., de recorrer à prática abusiva e ilegal para pressionar e forçar a vizinhos do sítio onde este empreiteiro tem ordem do proprietário do terreno para fazer um novo furo onde pressiona os proprietários vizinhos para dar autorização forçada para que este empreiteiro de captações de água subterrânea possa fazer um novo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

furo e fazer o teste de caudal, isto aconteceu comigo no sítio de Almarjão, Querença, Loulé, no passado dia 15 de julho de 2021 ao qual eu me neguei a consentir esta prática ilegal. No passado dia 15 de julho pelas 14 horas apareceu à frente da minha casa um senhor de apelido Patrício da Sondaloulé - Sondagens e Captação de Água, Lda., perguntando por mim, sabia o meu nome completo e eu perguntei-lhe o que queria e quem tinha dado o meu nome e ele informou-me que quem tinha dado o meu nome foi a APA. Trazia uma planta aérea, foto-mapa do sítio do Almarjão, Querença, Loulé, com a indicação de poços e furos da zona e informou-me que vai fazer um furo de água no terreno de um proprietário de uma ruína e terreno confinante comigo a norte de nome Adelino Simões e que tem um projeto de construção na ruína na Câmara Municipal de Loulé e vai fazer um furo de água para que o proprietário possa construir e para tal necessita da autorização dos vizinhos que têm poços e furos de água na zona e que estão a 90 metros do terreno para que ele possa fazer o furo, portanto, necessita da autorização para fazer o furo e o teste ou prova de caudal. Este senhor recorreu à pressão de forma repetida ao ponto de sentir-me intimidada e ameaçada na minha integridade. Eu, visto o meu conhecimento da legislação e do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e das condicionantes do sítio, estando na zona de Querença informei-lhe de imediato que está proibido de fazer furos porque estamos em seca extrema e não iria dar nenhuma autorização para fazer furo ou furos de água ou testes caudal porque nós os moradores com poços e furos com título de utilização de recursos hídricos, captação de águas subterrâneas no sítio Almarjão, Querença, Loulé, não temos água suficiente no local, temos que fazer um uso consciente deste recurso escasso já que as disponibilidades de água são escassas e são essenciais para a nossa sobrevivência e não vou permitir que todos os moradores do sítio de Almarjão, que já temos dificuldades em ter suficiente água, venhamos a ficar todos sem água por quererem fazer mais furos no sítio, estando proibido e só porque o proprietário do terreno e da ruína ter recursos económicos para fazer um furo de água de imediato e pensa que pode mandar fazê-lo à margem da legislação em vigor neste tema e nas condicionantes do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve. Dou conhecimento à Assembleia Municipal de Loulé que eu me neguei a dar autorização tanto para fazer o furo como para fazer o teste caudal a este senhor de apelido Patrício da Sondaloulé, ele insistiu e continuou a pressionar-me para que eu desse autorização ao ponto de eu me sentir ameaçada na minha integridade. Venho denunciar esta prática ilegal por parte deste senhor empreiteiro de furos de água e alerto as autoridades e entidades nas matérias de gestão de recursos hídricos, de ordenamento do território, de gestão do Plano Regional de Eficiência Hídrica, de massas de água subterrâneas e plano de prevenção, monitorização e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

acompanhamento dos efeitos da seca, plano de gestão da região hidrográfica que no sítio do Almarjão, Querença, Loulé, devido à escassez de água, cada vez mais se instala no sítio. Assim, nós os moradores contestamos estas práticas abusivas e não vamos permitir que se façam mais furos de água no sítio do Almarjão, Querença, Loulé. Eu já tinha informado da pretensão de proprietários para fazer furos ilegais no sítio Almarjão, Querença, Loulé, na Assembleia Municipal no dia 30 de abril de 2021 na participação no período do público e a Câmara Municipal abriu um processo de fiscalização. Alerto as instituições do estado em matéria de conservação de recursos hídricos subterrâneos e com poder de atribuir ou emitir novos títulos de novas captações de água subterrânea e das instituições regionais locais do concelho de Loulé com Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Conflitos de Interesse. Da possibilidade deste senhor empreiteiro de furos e do proprietário do terreno e ruína recorrer a práticas fraudulentas e de má fé, prejudicando os moradores do sítio deixando-nos sem água, atuando deliberadamente e à margem da lei unicamente com o intuito de lucrar com a obra de fazer um furo de valor aproximado a 20.000,00€, ir até aos 800 metros de profundidade ou mais na perfuração para a captação de água subterrânea, como me disse no passado dia 15 de julho de 2021 e porque também me informou do seguinte, depois de eu lhe negar autorização, assegurou-me que ele e o proprietário do terreno e da ruína vão conseguir fazer o furo com ou sem autorização, que iam arranjar alguma maneira. Venho requerer à Assembleia Municipal de Loulé que, número 1, no Plano de Prevenção de Monitorização e Acompanhamento de Efeitos de Seca, Plano de Gestão e de Região Hidrográfica tenham atenção que no sítio Almarjão, Querença, Loulé, os moradores não dispõem de água suficiente e desde que fizeram há mais ou menos 3 anos mais um furo na zona, muito próximo, ficamos com menos água nos poços. Eu já apresentei esta exposição à APA, à ARH e alertei a este problema no mês de maio de 2021 via e-mail. Nós os moradores que dependemos de pouca água que dispomos para viver estamos preocupados porque este senhor fez o furo há poucos anos e não é residente do sítio vendeu o terreno onde este senhor da Sondaloulé quer fazer o furo e nós os residentes estamos preocupados porque estes senhores interessados em fazer o furo possam recorrer a práticas de má fé para vir a fazer o furo e ponham a sustentabilidade da vida dos residentes em perigo a nível de água porque no sítio do Almarjão não existe água canalizada, nem temos água suficiente nos nossos poços, noras e furos. Informo que se vierem a fazer algum furo de água no sítio nós os residentes contestamos de imediato estas práticas ilegais por parte do empreiteiro de captações de água subterrâneas e se algum empreiteiro de furos de água aparece no sítio para fazer furo ou furos de água comunicaremos de imediato à GNR de Loulé. Em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

segundo lugar que tomem todo o cuidado perante a possibilidade de pressionar a APA, a ARH Algarve ou Município de Loulé para emitirem novas licenças para captação de águas subterrâneas no sítio Almarjão, Amendoeira, Querença, Loulé. Número 3, cumprir o estabelecido no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, massas de água subterrânea, que diz suspender a emissão de títulos de novas captações de águas subterrâneas para uso particular, os processos em curso ficam a aguardar decisão até que haja garantia dos volumes necessários para o abastecimento público considerando as disponibilidades superficiais e subterrâneas em oito massas de água na região do Algarve, Querença, Silves, Albufeira, Ribeira de Quarteira e sítio de Querença. Em quarto lugar, a APA, a ARH Algarve, venham a salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos do sítio Almarjão e no concelho de Loulé porque estas práticas abusivas e ilegais podem ser habituais para conseguir fazer mais furos no concelho pondo em causa a sustentabilidade da vida dos residentes e do ambiente, sendo a água um recurso escasso e estamos em período de seca e os recursos hídricos têm que ser geridos de forma eficiente e cuidada. Anexo a planta de localização com o sítio onde pretendem fazer o furo. Em quinto lugar, que seja ativado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, Ações Conexas e Conflitos de Interesses, esperando o alerta e denúncia desta prática fraudulenta de pressionar e intimidar pessoas vizinhas de sítios onde querem construir furos de água para dar e assinar autorizações para deixar construir um novo furo de água e para fazer testes caudal de forma a facilitar ou forjar atuações fraudulentas lesando o interesse comum dos residentes do sítio e dos recursos hídricos subterrâneos do ambiente e natureza salvaguardados pela legislação em vigor. Em sexto lugar, informo que esta zona onde querem fazer o furo para a captação de água subterrânea e construção é Reserva Agrícola Nacional e Rede Natura 2000. Anexo a planta da localização do sítio. Com os melhores cumprimentos, Maria Helena de Sousa Romão Rocheta Pires.-----

Foi lida a intervenção do cidadão **José Neves**, referindo que no ponto A relativamente à marcação-pintura da agora Estrada Municipal 270 convém referir que após conveniente verificação a marcação anteriormente acordada foi repostada. Espero que outros diferendos pendentes sejam ultrapassados não tendo assim razão de ser a petição pública entretanto anunciada.-----

Ponto B, é lamentável, meus senhores, voltar a estar nesta casa com o assunto Verdasca, Central de Betão Pronto em área RAN. Meus senhores, mais uma vez fui obrigado a participar a todas as entidades uma nova investida expansionista do grupo Verdasca. Fi-lo pela minha família e fi-lo por toda a comunidade envolvente. Esta vontade de expansão em área RAN parece imparável. Vão já no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sexto embargo com processo-crime e desobediência por várias ações no Ministério Público, GNR, SEPNA. Meus senhores, graça no local um total sentimento de impunidade desde o dia da aquisição da fábrica pelo atual proprietário. O seu Executivo continua a não exercer os poderes que detém. Porquê, Excelentíssimo Senhor Doutor Vítor Aleixo? Porquê?-----

Número 2, a parcela RAN localizada entre o paredão lateral da fábrica e a Estrada de Vale Judeu foi, como sabem e mantida em nome de terceiros, foi faz tempo embargada pela DRAP Algarve, embargo que vos dei conhecimento e que se mantém. Precisamente por estar em nome de terceiros tem dificultado todo o processo. Apesar de embargada as intervenções foram continuando sendo que desta vez foi feita uma grande intervenção. Destaque, alargamento e compactação do acesso já existente permitindo a circulação de camiões de grande dimensão. Conclusão da terraplanagem e encobrimento total dos resíduos de betão, parte final destes trabalhos foi realizada já depois da visita da vossa fiscalização. Execução de um segundo acesso, junto à curva, totalmente executado após a visita da vossa fiscalização e da visita da GNR, SEPNA. Grande desbaste da base do talude que suporta a estrada de Vale Judeu, com isto aumentou o território, cavou, arrancou pedras com mais um metro de diâmetro, deixou buracos fundos no talude que quando chover se vão encher de água. Locais que cavou até 32 centímetros do alcatrão pondo em causa, por falta de espaço, a segurança de motociclistas, ciclistas e peões. O sinal de trânsito no local ficou descalço e a abanar, tem marcas físicas na base de cimento das baldadas da máquina.-----

Ponto número, 3, quando me viu no local o senhor do camião, Luís Fernando Ramos, insurgiu-se energicamente contra mim, "porque é que eu ia marrar com eles, se aquilo era ali alguma coisa minha?" Eu passando a mão no taludo raspado perguntei "e isto é seu?" Pasmem-se com a resposta, "não, isso é do Estado, mas deixe que com o Estado se entende a gente bem."-----

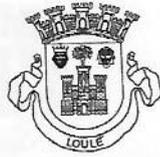
Número 4, afinal o que é que se passa? De repente qualquer anónimo para conquistar território cava na estrada, não respeite embargos de parcelas, trata o Estado tu cá tu lá como uma sobranceira desconcertante. Eu volto a repetir, afinal o que é que se passa? Meus senhores, o talude que suporta da estrada é de barro vermelho, quando começa a chover descarnado e exposto como está vai absorver água perdendo consistência e estabilidade. Como esta estrada é de fruição de pesados de grande porte é fácil antever o que vai acontecer. A estrada tem grandes probabilidades de vir a abater no próximo inverno, um eventual colapso da estrada será um rude golpe na mobilidade de comunidades como Vale Judeu, Várzea, Damião, Ramal Vilamoura, Benfarras, etc. Mas será também muito lesivo economicamente para todo o Barrocal, serras e partes do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Baixo Alentejo, em suma, para todos aqueles, e são muitos, que utilizam esta estrada para escoar a produção da CIMPOR, cimentos, brita, betão pronto, etc. Face ao exposto e face à gravidade da situação deixo umas perguntas. Sabendo que esta parcela estava embargada pela DRAP Algarve, a) foi decretado por vossas excelências um novo embargo? b) foi lavrado auto por crime de desobediência? c) foi feita a consequente participação ao Ministério Público? d) Foi feita a consequente participação à DRAP Algarve? Número 2, já foi esta empresa alguma vez penalizada economicamente e em quanto? Já alguma vez pagou e quanto? Ou escapa sempre? Número 4, o que é que está a pensar o Executivo da Câmara fazer para impedir o colapso da estrada no inverno? Número 5, o que é que está o Executivo a pensar fazer para garantir a segurança de motociclistas, ciclistas e peões no local? Quero aqui enaltecer o trabalho irrepreensível da GNR, SEPNA. Nota importante, quero lembrar-lhe, Doutor Vítor Aleixo, que me recebeu no seu gabinete dois dias antes de ser reeleito e olhos nos olhos me garantiu que eu podia confiar em si, que estava do meu lado e que resolveria este problema. Sei também que fez muitas outras promessas não cumpridas. Senhor Doutor Vítor Aleixo espero que não ganhe, mas se ganhar as próximas eleições deixo-lhe uma pergunta final. Vai repetir-se? Vai continuar a prometer e a não cumprir? O que podem os louletanos esperar de si Senhor, ainda, Presidente?-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões, a primeira delas pela cidadã Maria Helena Romão Rocheta Pires, sobre os furos da água. Saberá, com certeza, que a Câmara Municipal não é a entidade licenciadora de furos de água, mas que acompanha naturalmente com preocupação a autorização de furos de água, sobretudo quando eles se localizam em situações como acaba de dizer onde existe escassez de água. Nós temos abordado esse assunto com a APA, existem algumas situações que verdadeiramente nos preocupam, até porque sabemos que a água é um bem muito escasso, que deve ser consumida com muita parcimónia, espírito de responsabilidade porque nos vai fazer muita falta no futuro. E é por isso também, eu permito-me aqui também aproveitar esta circunstância porque falamos de um dos grandes problemas que se irá acentuar no futuro, é por isso também que nós, como saberão Senhores Deputados porque já aqui falamos disso, nós temos pronto e esteve já em inquérito público um Plano Municipal de Contingência para os períodos de seca. Esse plano vai definir reservas estratégicas de água, irá definir uma série de práticas no sentido de podermos armazenar a água, controlar as suas existências e naturalmente que este Plano nos vai obrigar a todos a estarmos muito mais atentos a todas estas situações. Portanto, eu não posso dar nenhuma resposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

concreta à cidadã que colocou esta questão, mas uma coisa lhe posso desde já garantir, é que irei colocar a partir do texto enviado e da carta que foi lida aqui, irei colocar a questão à APA, irei pedir explicações e justificações e que na altura própria lhe serão remetidas para seu esclarecimento.-----

Sobre a carta dirigida pelo senhor José Neves, amanhã iremos deslocar-nos, porque já está agendado uma nova fiscalização ao local, sim, perguntou e eu respondo que já foi comunicado ao Ministério Público situações que configuram irregularidades, já o fizemos, como sabe este é também um assunto que passa por outras entidades, infelizmente, e que a Câmara Municipal de Loulé tem ali responsabilidades que partilha com outras entidades, a parte que nos toca o Senhor sabe perfeitamente que temos sido absolutamente rigorosos e cumpridores das nossas competências nessa matéria. Nós inúmeras vezes nos temos deslocado ao local, inúmeras vezes temos denunciado a quem tem a competência de fiscalizar connosco aquela atividade naquela central de produção de betão e, portanto, se não há decisões mais céleres, também lhe devo dizer senhor José Neves que isso também infelizmente não depende de nós. Temos feito tudo para defender o interesse público, agora vem trazer mais uma notícia de que foi feito um alargamento da plataforma rodoviária e que poderá colocar em causa a situação de segurança de quem circular por ali, iremos anotar mais uma vez essa situação, iremos no âmbito das nossas competências exercer todos os nossos poderes, esses o Senhor pode pedir-nos conta, daqueles que pura e simplesmente não temos voto na matéria, o Senhor terá que compreender que cada instituição tem o seu âmbito de competências e as coisas são assim. Gostaria que a produção de decisões fosse muito mais rápida e infelizmente não o é, mas não é pela nossa parte que este processo tem atrasado, nós temos feito tudo rigorosamente. Sobre os comentários finais que o Senhor me dirigiu, eu compreendo, estamos em eleições autárquicas, o Senhor está numa campanha política, naturalmente e, portanto, eu levo isso à conta da proximidade das eleições que aí vêm.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

2- Aprovação de Atas:-----

Neste ponto não foram apresentadas Atas para votação.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos:-----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que há 3 comunicações para transmitir. Uma é do Conselho Municipal de Educação de Loulé, voto a favor do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve, ABC - Algarve Biomedical Center. "A pandemia por COVID-19 disseminou-se pelo mundo e o conhecimento científico demonstrou que o maior risco de transmissão do vírus está associado ao contacto e à proximidade, aumentando nos aglomerados populacionais e em espaços fechados, o que motivou grandes mudanças no funcionamento no sistema educativo português. Uma das grandes medidas implementadas pelo Governo foi o encerramento dos estabelecimentos escolares. Toda a comunidade escolar, alunos e as suas famílias, escolas e autarquias assumiram que fosse imperativo que a atividade letiva decorresse com maior segurança para todos o que foi essencial a rápida implementação de medidas de adaptação da comunidade escolar para a convivência com a pandemia COVID-19 ao pensar que o vírus veio para ficar e como o medo não podia ser o travão para o desenvolvimento e crescimento das nossas crianças e jovens foi levado a cabo uma estratégia junto dos agrupamentos de escolas por forma que toda a comunidade soubesse conviver com o vírus da forma mais segura". Continua depois com a apresentação de um conjunto de dados relativamente aquela que foi a atividade ABC -Algarve Biomedical Center no acompanhamento das escolas públicas e privadas do concelho de Loulé. Termina com uma proposta do Senhor Presidente da Câmara que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação que propôs que o presente voto de louvor público fosse divulgado junto da Assembleia Municipal de Loulé, todos os agrupamentos de escolas, escolas não agrupadas, Conservatório de Música de Loulé Francisco Rosados, Escola Profissional Cândido Guerreiro de Alte e Colégio Internacional de Moura, do próprio Conselho Municipal de Educação onde foi aprovado pelo próprio Reitor da Universidade do Algarve, do Centro Académico e Formação Biomédica do Algarve, bem como dos meios de comunicação social regionais. Penso que falta um dos fundadores do ABC que é o Centro Hospitalar Universitário do Algarve, também faz sentido de ter conhecimento do voto de louvor.-----

Uma Comunicação recebida hoje do cidadão Rui Lourenço, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, tem conhecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. No próximo dia 1 de junho de 2022 assinala-se o Centenário do Nascimento de Laura Guilhermina Martins Aires, mais conhecida por Professora Doutora Laura Aires, médica, investigadora, pedagoga e professora de saúde pública. Mulher socialmente empenhada, representante de Portugal em diversas assembleias mundiais da Organização Mundial de Saúde desempenhou um papel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ativo na luta contra o VIH-Sida e contra a estigmatização das pessoas mais atingidas à época pela infeção e pela doença, sendo sempre uma mulher bem à frente do seu tempo. Assim, venho propor que a Câmara Municipal tome a iniciativa de liderar um programa de comemorações sobre a vida e a obra da Professora Laura Aires, desenvolvendo todos os parceiros que a ela se queiram juntar. A Faculdade de Medicina de Lisboa, onde se licenciou, a Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, onde lecionou, o Instituto Nacional de Saúde Pública Doutor Ricardo Jorge, onde trabalhou e investigou, a Escola Nacional de Saúde Pública, onde foi Professora Catedrática e ainda as instituições que a escolheram como patrona, o Agrupamento de Escolas Doutora Laura Aires e o Laboratório Geral de Saúde Pública Doutora Laura Aires da RS Algarve. Loulé, 18 de julho de 2021. Rui Lourenço, que para além de médico, cidadão, um antigo deputado municipal.

Comunicação recebida hoje, carta de renúncia da ex-Vereadora Heloísa Bárbara Madeira e Madeira, 26 de junho, informa que vem por este meio na qualidade de Vereadora a tempo inteiro enquanto membro eleito da lista do Partido Socialista para a Câmara Municipal de Loulé no mandato autárquico 2017-2021 nos termos e ao abrigo do previsto no artigo 76.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro na atual redação, apresentar a Vossa Excelência Presidente da Câmara a renúncia ao mandato com efeitos imediatos. Com os melhores cumprimentos.

Passou-se ao ponto seguinte;

4- Período de Antes da Ordem do Dia;

Pedi para intervir o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), referindo que queria deixar uma nota ao Senhor Presidente da Câmara, já é certamente um tema que lhe é familiar, mas vivemos nesta altura do ano, especialmente na cidade de Quarteira, muitas dificuldades de estacionamento. Foram criadas umas pequenas bolsas pelo Senhor Presidente em algumas zonas de Quarteira, todavia, continua a ser muito exíguo, difícil diria ou quase impossível estacionar em Quarteira, nem que seja para se deslocar a casa de qualquer dos cidadãos habitam a nossa cidade. Nesse sentido, eu já aqui veiculei a ideia de em terrenos municipais se poder construir, tal como se fez em Armação de Pera, silos para estacionamento, deixava novamente esse repto ao Senhor Presidente já que não se consegue construir por baixo de terra já que as infiltrações do mar são claramente visíveis que não se pode construir muito para baixo, agradecia que veja a possibilidade de resolver o problema dos quarteirenses que nesta fase do ano têm muita dificuldade em estacionar e que se pudesse resolver esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



problema através da construção desses silos, tal como fez a Senhora Presidente de Silves, na altura a Doutora Isabel Soares criando um silo em Armação de Pêra que resolveu parcialmente o problema que também padecia os cidadãos de Armação de Pêra que não conseguiam estacionar. Deixaria mais uma vez este repto ao Senhor Presidente já que temos a capacidade financeira, bem como terrenos disponíveis para poder construir esta infraestrutura, seria bom repensar a possibilidade de fazer.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para apresentar algumas questões. A primeira prende-se com, estamos em pleno verão, apesar das condicionantes as pessoas continuam a ter o direito de ir à praia e ao acesso às praias do litoral do concelho que se encontram bastante condicionadas. Por um lado, não há alternativas aos parques pagos e os a pagar são com tarifas muito caras, porque se dificulta a vida das pessoas e não se procuram soluções para que todos possam ter o direito de usufruir das praias? A Vilamoura e o acesso à Praia da Falésia é um paradigma de uma situação que merece ser repensada na procura de locais adequados para parques de estacionamento localizados na periferia com ligação gratuita até perto da praia. Não compreendemos porque ainda não foi aberto o terrado existente que durante anos nos habituaram a estar-se ao dispor da população e que era utilizado como recurso pela maioria das pessoas que iam à praia e continua fechado. O argumento que é por causa da pandemia já não conta porque a pandemia não exige que se encerre situações daquelas. Por outro lado, o parque de estacionamento existente e explorado pela Marina de Vilamoura pratica preços exorbitantes que não se coadunam com os rendimentos das famílias, tendo como o principal objetivo criar uma situação de seleção natural das classes, que só podem os ricos e os pobres não podem, não têm direito, têm que deixar o carro a 5, 6 quilómetros. Pagar 7, 8 euros por uma hora é um abuso. Esta competência passou recentemente para o município e eu gostaria de saber da parte da Câmara quem concessionou esta área e quando termina a concessão em vigor e quando é que o município passa a exercer as suas competências nesta matéria.-----

Outra questão que também não compreendemos porque continua proibido o uso dos aparelhos para ginástica existentes no Parque Municipal. Muitos deles servem de exercício aos mais idosos, a pista de speed e de basquetebol não estão vedadas, desportos de contacto. Tudo isto é um paradoxo difícil de entender, prejudicando os utentes do parque. Por outro lado, não está proibido o uso de ginásios privados, nesta altura, e certos equipamentos municipais, como piscinas e pavilhões verificamos que continuam abertos para determinadas atividades e aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

já não há problema. Como tal, justifica-se plenamente que estes aparelhos sejam colocados à disposição da população.-----

Estamos quase no final do mandato e gostaríamos de saber o ponto de situação sobre os requerimentos e os pedidos de informação formulados ao Executivo Camarário pelo Bloco de Esquerda. Creio que é altura de arrumar este assunto de vez, brevemente vamos partir para outro campeonato e não podemos deixar rabos de palha, porque senão temos que realmente requerer os requerimentos a outras entidades para fiscalizar a atividade municipal porque não cumpre a lei, por um lado não cumpre a lei perante os partidos, que é responder em tempo útil, segundo não cumpre a lei porque deixa violar a lei que é o caso de condomínios privados em Vilamoura que utilizam iluminação pública que é paga por todos nós, que é o caso da Marina de Vilamoura que continua a não pagar iluminação pública quando toda a gente sabe que quem paga é o município, aquilo é uma zona privada, concessionada, e como tal tudo isto tem que ter resposta.-----

Por fim, lamentarmos o que ouvimos agora que é a carta de renúncia ao mandato feito pela Senhora Vereadora Heloísa Madeira, lamentamos, é uma decisão que não nos compete a nós, acho que é uma situação do Partido Socialista, mas também da população em geral porque esta Vereadora é responsável pelos trabalhos em curso do PDM e que de certa forma vão ter que ficar parados, porque realmente não há respostas e já vimos que este Departamento do Planeamento continua a deitar abaixo todos os que querem fazer alguma coisa. Há um lobby dentro daquele departamento com a conivência do Senhor Presidente da Câmara que realmente não consegue que se faça trabalho naquela casa. Foi assim no anterior mandato em que o Senhor Presidente da Câmara era responsável pelo Planeamento, o Diretor do Departamento teve que se demitir quase no final do mandato e agora acontece o mesmo com esta Senhora Vereadora que, por razões que não me compete a mim neste momento ajuizar, decidiu renunciar ao mandato que é já o segundo que acontece neste mandato, primeiro o Doutor Adriano Pimpão e agora uma Vereadora.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que disse que o Município de Loulé recebeu o Selo Europeu de Excelência de Governação, o Selo Europeu de Excelência da Governação é um Selo concedido pelo Conselho da Europa em cooperação com a Federação Europeia de Dirigentes da Administração Local. Para a obtenção deste Selo os municípios são classificados através de 12 princípios, os 12 princípios são a participação, representação e realização justa de eleições, capacidade de resposta, a eficiência e eficácia, a abertura e transparência, o primado direito, a conduta ética, a competência e capacidade, a inovação e abertura à mudança, a sustentabilidade e orientação a longo prazo, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

gestão financeira sólida, direitos humanos e diversidade cultural e coesão social, responsabilização e, por último, a responsabilização e ser responsabilizado pelas suas ações. Em Portugal, apenas 7 municípios tiveram a felicidade de serem atribuídos um selo destes. Como referi durante a cerimónia, o responsável máximo pela Federação Europeia de Dirigentes da Administração Local disse "receber este selo é um orgulho para toda a comunidade destas autarquias, mas para as populações significa que os seus representantes eleitos democraticamente foram distinguidos pela sua transparência e no fundo é isso que o eleitor espera de nós." Portanto, penso que com este Selo é o reconhecimento do trabalho de todo o Executivo e de todos os eleitos locais que têm participado durante este mandato.

Pedi para intervir o Senhor Deputado Francisco André (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir), referindo que o assunto que o traz aqui é o abastecimento de água na zona do Barranco do Velho e da Cortelha. Há vários anos a esta parte, nesta altura do ano é sempre um problema com o abastecimento de água nestas duas localidades. Este ano em concreto há cerca de um mês a água desta população apresenta-se completamente castanha criando grandes transtornos para a população destas duas localidades Barranco do Velho e Cortelha. Para além de estar completamente castanha e imprópria para uso doméstico, cozinha, higiene, entre outros, tem também um local, nomeadamente, alojamentos e restauração para além de as famílias não poderem utilizar essa água, estraga nomeadamente eletrodomésticos e máquinas que utilizem essa mesma água. Esse facto, como é normal, criou e cria um grande descontentamento e desagrado na população que vêem mensalmente a sua fatura para pagamento e a água que está completamente imprópria, nós temos algumas fotos que nos fizeram chegar e está mesmo em muito mau estado. Sabendo, Senhor Presidente, que os técnicos da Câmara Municipal têm-se de deslocado ao local, é um facto, é verdade, gostaria de perguntar ao Senhor, ao seu Executivo, o que é que está a ser feito para resolver esta questão, sabemos que é complicado e o Senhor já teve a oportunidade de responder há pouco, mas também gostávamos de saber para quando uma solução definitiva para este problema para estas duas localidades que ano após ano nesta altura vêem este problema ali da água.

O Senhor Presidente da Assembleia dirigiu-se ao Senhor Deputado Carlos Martins relativamente aos requerimentos dizendo que este é um assunto que ainda na semana passada tive a oportunidade de falar com o Senhor Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara que me disse que está a ser feito um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

esforço de recuperação de respostas a esses requerimentos e que espera muito brevemente enviar as respostas que houver a enviar, sendo que também reafirma que há um conjunto deles que a Câmara já respondeu da forma que entendia que podia responder. Deixar esta nota, pode ser que eventualmente tenhamos já algumas respostas até à Sessão Extraordinária de 30 de julho.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Carlos Carmo, para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Martins. Primeiro, equipamentos geriátricos e equipamentos *street workout* que estão vedados não só em Loulé, mas em vários pontos do concelho. Como sabe, deve saber, que o município de Loulé está inserido nos municípios de risco muito elevado de contágio à COVID e o Presidente da Câmara tem a prerrogativa de definir que certos locais com equipamentos de lazer podem ficar com acesso restrito. Foi o que foi feito já há algum tempo, muitas vezes as delimitações que eram colocadas não eram cumpridas por quem gostaria de aceder a esses locais e há mais de um mês, dois meses, se calhar quase, foi colocado outro tipo de restrição mais visível criando mesmo a restrição que era aquilo que era o objetivo. As comparações que fez em relação a ginásios têm todo o sentido de não ser da forma como disse. Os ginásios têm planos de contingência específicos e que têm que cumprir, planos de higienização que têm que cumprir. Como deve calcular, é impossível termos em cada local espalhado por todo o concelho uma equipa, nem que seja um funcionário municipal a fazer a higienização entre cada utilização e não podemos garantir que entre cada utilização de cada utente, se o espaço estivesse aberto, o mesmo teria condições de segurança no âmbito de contágio para a COVID. Portanto, Senhor Deputado é essa a razão, existe a prerrogativa na legislação que está em vigor para o efeito, os Senhores Presidentes de Câmara podem restringir e é esse o nosso objetivo enquanto estivermos em risco muito elevado esses locais estarão com essas restrições.-----

No que concerne aos parques de estacionamento nomeadamente da Praia da Falésia. Vou-lhe ler, para não estar aqui com retórica, o decreto 75/2021 de 18 de maio que é o decreto que regula o acesso à ocupação e a utilização das praias no contexto de pandemia para a época balnear em vigor. É um dos artigos que fala no que concerne aos parques de estacionamento diz isto: "Interdições, é interdito o estacionamento fora dos parques e zonas de estacionamento designados ou identificados para o efeito." Eu vou repetir, "é interdito o estacionamento fora dos parques e zonas de estacionamento designados ou identificados para o efeito". Como sabe, o espaço que referiu não são nem parques, nem zonas de estacionamento. Eram sim bolsas que existiam de estacionamento e que já no ano passado com a mesma legislação foi entendida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

entre todas as entidades Câmara Municipal, Inframoura, Guarda Nacional Republicana que na altura até nos dirigiu um ofício a sensibilizar-nos para essa questão e na preparação da época balnear juntamente com a APA, também, Junta de Freguesia foi decidido manter essas restrições, um desses locais, inclusive, já teve ocorrências de incêndios em anos anteriores. Mas quero recordar que o acesso à Praia da Falésia pode ser feito por transportes públicos urbanos gratuitos através da Linha Branca, que desde o dia 1 de julho até ao dia 10 de setembro diariamente há períodos de meia em meia hora e há períodos de 15 em 15 minutos que fazem o acesso neste circuito que para a Praia da Falésia são cerca de 19 circulações diárias, portanto, como está aqui bem explícito foram encontradas soluções de resposta para estas questões no que diz respeito à restrição do estacionamento, mas que está mais uma vez devidamente balizado pela legislação que está em vigor.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Abílio Sousa**, para dar alguns esclarecimentos ao Senhor Deputado Francisco André, visto ser uma matéria que para nós tem tido um real interesse porque temos tentado resolver a falta de água que existe naquelas duas povoações, Cortelha e Barranco Velho, mas é um problema que cada vez mais se vem agravando em toda a zona do interior, porque o fornecimento de água é pela via de furos e não pela via de fornecimento através das Águas do Algarve. O que acontece é que na Cortelha tem existido esse problema, não é um problema de agora, é um problema que se repete anualmente, sobretudo nesta altura, nós em 2020 executamos mais 2 furos, um na zona do Barranco Velho, outro na Cortelha, colocamos um sistema que achamos inovador, que até foi através de um conterrâneo de Cortelha que é o Márcio Rodrigues, para tentar de alguma forma resolver um problema de um furo já existente e o que é facto é que normalmente temos sempre este problema da falta de água. Para além disso, os furos e a água daquela zona, como em toda a serra, tem muito ferro e manganês, o que faz que muito rapidamente crie resíduos na zona de depósito e nas suas infraestruturas. Devo dizer que a tonalidade da água deve-se à limpeza que foi feita no depósito e na sua conduta, contudo, a informação técnica que eu tenho é que a água cumpre com os requisitos exigidos legalmente em termos bacterianos. É um problema que não é fácil, nós estamos a tentar resolver a situação, mas como cada vez mais temos que apelar ao bom-senso das pessoas e cada vez mais utilizem a água de uma forma racional para que essa água não seja amanhã um bem escasso porque o problema tem a ver mesmo com a falta de água nos lençóis freáticos em toda aquela zona.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que gostava de começar precisamente pela intervenção do Deputado Abel Matinhos que chamou aqui a atenção para um reconhecimento instituído não por uma entidade qualquer, pelo Conselho da Europa através de peritos oficiais e de um programa que premeia municípios na Europa pelo seu trabalho em diferentes vertentes como a conduta ética, a gestão financeira sólida, a coesão social, a transparência, aliás, o Senhor Deputado enunciou, é o Selo ELOGE, o Selo Europeu de Excelência na Governança. E porque é que eu estou aqui a começar a minha intervenção a destacar aquilo que disse o Deputado Abel Matinhos? É que às vezes ouvindo aqui as várias intervenções que são feitas e, sobretudo, o tom em que são feitas dá ideia de que o Município de Loulé tem uma gestão completamente ao contrário daquilo que instituições de crédito inquestionável e de grande respeitabilidade depois de analisar num trabalho muito sério, rigoroso, metucioso, com estudos de opinião feito por empresas imparciais vêm depois confirmar. Quem ouve certas intervenções aqui dá ideia de que este é dos piores dos municípios. Senhores Deputados, felizmente que temos instituições de nível europeu que nos vêm dizer exatamente o contrário.-----

Sobre as dificuldades de estacionamento em Quarteira. O Senhor Vereador disse agora mesmo, quantos estacionamentos nos últimos anos nós criamos em Quarteira. Novos, são de facto muitos, eu vou enumerar Senhor Deputado Mário Botelho, repare, no Passeio das Dunas, aí aumentamos muito o número de estacionamentos, no parque nas traseiras da Junta de Freguesia foram 70, no Passeio das Dunas foram 100, na Praça Melvin Jones, em Quarteira, foi criada uma bolsa de estacionamento muito útil gratuita. Portanto, nós temos criado muitos estacionamentos, uma boa parte deles pela primeira vez, um grande número, gratuitos, nomeadamente, nas praias do Ancão, que mais de metade dos estacionamentos que foram criados são gratuitos, de uso livre, aí foram 241, portanto, eu queria responder quer ao Deputado Carlos Martins, quer ao Deputado Mário Botelho que nós temos construído vários lugares, várias zonas de estacionamento e a maior parte de uso gratuito. Aquelas que transitam já do passado, que foram concessionadas, são zonas de estacionamento tarifado, Senhor Deputado, pois, enquanto essas concessões durarem elas são tarifadas, mas eu também não estou a ver em zonas de grande pressão e de grande procura sobretudo, neste momento, que elas possam ser todas gratuitas porque então aí nós estaríamos a prejudicar o acesso em maior número possível de todos aqueles cidadãos que querem usufruir nas suas férias da praia, mas para isso, portanto, não podem ser todos gratuitos senão estacionavam lá e nunca mais saíam e aqueles que queriam lugar nunca encontrariam e isso seria um problema, espero que me compreenda porque é que não são todos gratuitos e eu penso que nunca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

serão, aliás, com os senhores não foram, se há aqui alguém que criou lugares de estacionamento gratuitos, temos sido nós nos últimos anos porque os senhores essa preocupação nunca a tiveram. Nós curiosamente, ou não curiosamente, mas conscientemente temos ultimamente possibilitado às pessoas lugares não pagos. E aquelas que não podem mesmo ir até à praia como o Senhor Deputado Carlos Martins disse podem deslocar-se na zona de Vilamoura, em autocarros, com *shuttles*, por isso eu estou de bem com a consciência. Senhor Deputado Mário Botelho posso lhe dizer que Quarteira terá uma grande capacidade de estacionamento quando nós construirmos o edifício novo para o Mercado de Quarteira, tem o projeto todo concluído e que vai ter capacidade de cerca de 400 novos lugares de estacionamento, no edifício, atrás do porto de pescas de Quarteira, aí terá dois níveis de estacionamento e serão mais cerca de 400 lugares. Portanto, em matérias de estacionamento, temos problemas, é verdade que os temos, mas temos vindo a resolvê-los e, sobretudo, vamos dar uma boa machadada nesse problema em Quarteira quando construirmos esse edifício, que eu espero abrir concurso público ainda este ano.-----

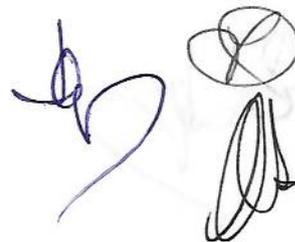
Sobre a questão dos requerimentos, colocada pelo Deputado Carlos Martins, agradeço o esclarecimento dado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Queria dizer-lhe que fez uma afirmação grave e tenho que publicamente, aqui perante todos os deputados, contestá-la com toda a minha veemência. O Senhor disse que eu tinha um lobby dentro do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística para travar o trabalho daqueles serviços camarários. Essa é uma acusação grave, Senhor Deputado, muito grave, e disse outra coisa que não é verdade, o Diretor do Departamento teve que renunciar, não foi, o Diretor de Departamento pura e simplesmente quis ir trabalhar para a CCDR, o Diretor de Departamento anterior, o Arquiteto Manuel Vieira não renunciou, isso não é verdade, tal como não é verdade que haja lobby algum. Até porque lhe digo e espero que atente bem nisto que eu lhe digo, há cerca de dois anos nós não tínhamos problemas no tratamento dos processos urbanísticos, as pessoas vinham e davam-nos os parabéns porque finalmente tivemos um período, que não foi assim tão curto, em que os processos estavam em dia. Eram analisados pelos arquitetos e eram despachados, a informação fluía para as pessoas que utilizam os serviços da Câmara e tudo corria bem até ao momento em que um alinhamento esquisito dos astros para nossa grande infelicidade trouxe-nos um período em que muitos arquitetos, uns foram de baixa, outros foram embora, porque eram jovens, porque foram admitidos, eu não tenho o direito de travar a vida das pessoas, há quem o faça, mas eu não o faço. Aconteceu que arquitetos que nós abrimos um primeiro concurso, que aprenderam porque a Câmara de Loulé é uma excelente Câmara para aprender a gestão urbanística, quando aprenderam foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para Lagoa, foram para Lisboa, foram trabalhar para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Quando me pedem, quando um jovem me pede eu não tenho coragem de dizer "não, você fica aqui", porque cada um de nós nasce livre e é livre, e eu não tenho, até podia atrapalhar, mas tenho um respeito muito grande pela liberdade de cada um. Se as pessoas decidem por questões da sua conveniência pessoal e familiar sair da Câmara de Loulé depois de terem aprendido e quando estava a render as pessoas decidem ir embora eu por norma não travo, Senhor Deputado. E quero-lhe dizer que foi com muita mágoa que ouvi essa sua acusação absolutamente injustificada de que eu manobro um lobby dentro da Câmara de Loulé para travar a aprovação dos processos. É lamentável, Senhor Deputado, com todo o respeito lhe digo isto porque não podia fazer outro comentário que não este que lhe estou a dirigir.-----

Pedi para intervir o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), para tecer algumas considerações do esclarecimento que o Senhor Presidente fez quanto ao estacionamento em Quarteira. Eu queria lembrar o Senhor Presidente que o Senhor Presidente tem certamente as melhores intenções em resolver o problema do trânsito de Quarteira, o Senhor é até um quarteirense, não é um louletano, embora sejamos todos louletanos, do município de Loulé, mas o Senhor não reside propriamente em Loulé, reside em Quarteira, conhece aquilo melhor que eu, está há mais tempo lá, tem mais idade do que eu, portanto, conhece bem a realidade de Quarteira quanto ao problema de estacionamento. E a realidade de Quarteira quanto ao problema de estacionamento é que há 5 anos atrás, 8 anos atrás, 10 anos atrás, a população de Quarteira rondaria os 10 a 20.000 pessoas. Neste momento tem recenseadas entre 23 a 25.000, não sei o número concreto, mas a viver, a residir anualmente em Quarteira serão certamente 30 a 35.000 pessoas, se não for mais. Acontece que o panorama que víamos e o Senhor conhece bem, sabe perfeitamente para o seu negócio, antes estacionava-se no verão em segunda fila, neste momento em pleno inverno, estamos a falar em janeiro e fevereiro e em novembro e dezembro já se estaciona em segunda fila, portanto, isto auspacia, demonstra claramente o problema crónico do estacionamento de Quarteira. O Senhor vem dizer que fizeram 70 lugares de estacionamento por detrás da Junta de Freguesia, muito bem, mas quanto é que o Senhor retirou quando permitiu o licenciamento aquelas esplanadas todas, se calhar tirou 30 ou 40 lugares, não estou contra as esplanadas, estou apenas a dizer que por um lado houve um aumento de lugares de esplanada, mas por outro lado houve uma redução de lugares, portanto, houve uma anulação de crescimento do número de estacionamentos livres. O Senhor também fala do Parque Melvin Jones, o Parque Melvin Jones fica muito fora, se agora for lá agora não tem 5



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

carros estacionados, quer que lhe diga porquê? Em primeiro lugar não tem um acesso direto com a estrada, segundo, não tem uma placa a dizer parque, não há nenhuma sinalética de que aquilo é um parque e se o Senhor for lá agora quando sair daqui não tem mais que 5 ou 10 carros estacionados lá. Portanto, o problema crónico do estacionamento de Quarteira por muito boa vontade que o senhor tenha não consegue resolver, mas o senhor tem meios, quer financeiros, quer humanos para poder resolver e o facto é que estamos a terminar 2 legislaturas e o plano de estacionamento em Quarteira, se nós temos vindo a alertar aqui e desde há 3 ou 4 anos se mantém, por muita boa vontade que o Senhor quis fazer, mas o facto é que aquilo que o Senhor tentou não consegue resolver o problema, tentou, minimizou, mas não resolve o problema, nós queremos é ações de fundo. Ações que permitam resolver o problema do trânsito de Quarteira uma vez por todas e é isso que atualmente o Senhor não fez.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que em relação às explicações dadas pelo Senhor Vereador Carlos do Carmo em relação ao Parque Municipal elas são completamente descabidas porque nesse Parque Municipal os aparelhos que estão fechados não há esse perigo porque o Parque está aberto ao público, as pessoas sentam-se nos bancos, quem é que vai limpar os bancos depois de se sentarem lá? As pessoas sentam-se nas mesas que estão lá, fazem piqueniques, quem é que vai limpar? Ninguém, portanto, é uma falácia que o Senhor Vereador disse. Depois, porque é que não fecha o campo de basquete, de skate ou campo de futebol onde todos os dias está cheio de pessoas e em contacto uns com os outros? Porque não fecham o parque infantil? Que raio de critérios são estes? Não têm critérios corretos de apreciação da situação.----
Em relação às explicações do encerramento do terrado, o Senhor Presidente tem as suas, eu tenho as minhas, eu não concordo. Acho que as prerrogativas do Senhor Presidente da Câmara deviam ser utilizadas para todos e não só para alguns. Como tal tinha uma pergunta, se realmente há um transporte público que vai e vem para Vilamoura onde é que as pessoas deixam o carro. A questão é onde as pessoas deixam as viaturas para poder usufruir desse espaço. Quem vem de Boliqueime onde é que deixa a viatura? Quem vem de Loulé onde deixa a viatura? Não sabe de onde vem o lobby? Pois, o lobby está instalado, Senhor Presidente.--

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, para tecer alguns considerandos tendo em conta o que é a realidade deste período de 2013-2021 e o que foi a realidade em matéria de estacionamento de 2002 a 2013. Do que eu me lembro e eu tenho andado por aí há muitos anos, há 64 anos, e não vi neste período em concreto nenhuma circunstância em que se criassem novos parques de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estacionamento e dou-vos o exemplo de hoje e desta semana que passou em que algumas vezes estive em Quarteira e nomeadamente tive que estacionar no parque de estacionamento muito bem previsto, muito bem situado, no miolo urbano, no casco urbano da cidade de Quarteira, por detrás da Junta de Freguesia de Quarteira e tenho constatado e constatei hoje novamente que nem metade do parque estava ocupado e prevendo até esta questão fui até às Dunas Douradas. E nas Dunas Douradas também verifiquei que grande parte dos lugares, não digo 50%, mas por aí, estavam vagos, havia disponibilidade para estacionar. Um parque central e um outro parque não digo periférico, mas próximo de serviços. É verdade que há falta de estacionamento e sempre há de faltar, há de sempre faltar, sempre haverá, só com uma questão de planeamento está previsto, só com uma boa rede de transportes públicos, só com uma boa rede de parques periféricos, isto está considerado e com certeza será uma realidade da próxima década, portanto, nas mãos dos governos locais do Partido Socialista considero que a solução estará afirmada. Queria também dizer o seguinte nomeadamente quando foi referido a falta de lugares de estacionamento. Na cidade que referiu há muitas garagens que não são ocupadas, há muitas garagens que em vez de terem carros as pessoas usam para seu governo, das suas coisas, muitas, muitas, muitas, e falo isso por experiência profissional. Ao mesmo tempo se me fala na questão da mobilidade do que será acesso a serviços, acesso a praias, a nossa tarifação municipal no que toca ao estacionamento em certas zonas e foi aprovada no tempo e essa zona de estacionamento foi aprovada prevendo a Avenida da Infante de Sagres no período de 2002 a 2013, a Infante de Sagres em Quarteira, que até hoje ainda não está. Sinto que aí haveria mais mobilidade e alguns dos ilustres cidadãos que nos visitam no período de férias em vez de deixarem ali o carrinho durante 15 dias ou 1 semana se a zona fosse eventualmente com outro tipo de exploração e de ordenamento.-----

No que toca às esplanadas e aos transportes urbanos são questões que têm a ver com a pandemia, nós aqui até confirmamos, aprovamos, no fundo, a competência deste governo local, a competência da Câmara Municipal gerida pelo Partido Socialista e estamos aqui a falar agora neste período de fim de mandato. Foi o Partido Socialista que esteve de uma forma consequente em cima das questões e tentou minorizá-las. Resolver não se consegue tudo, mas seguramente estamos a mitigar e a apontar as soluções que não se fazem com um ato de varinha mágica. E depois ao mesmo tempo a dificuldade em fazer política a sério é depois as inventonas e as invenções, como os lobbies, muitas coisas aí metidas em lavandarias, uma lavandaria do Senhor Comendador que falam de umas coisas, falam do vestuário, falam aqui e acolá. Vou terminar dizendo que o Selo é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

matriz de desempenho e de qualidade, isto é irrevogável, basta ler os documentos e muito nos congratulamos pelo facto deste Selo ser atribuído, pois por detrás dele está um conjunto de competências e de desenvolvimento executado pelo nosso município.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, apenas para dar uma nota ao Senhor Deputado Carlos Costa de que o Senhor é de Salir e provavelmente não conhece tão bem a realidade de Quarteira como eu ou o Senhor Presidente da Câmara conhecerá, mas eu acho que o Senhor faz um panorama muito agradável daquilo que é o estacionamento de Quarteira. Se eu lhe disser que não há sítio para passar em Quarteira, os transeuntes não passam pelos passeios porque os carros estão a ocupar os sítios dos passeios, não há nenhum local que não tenha carros em cima dos passeios, só não os tem onde tem pontões, tudo o resto são carros. Por isso, o Senhor neste panorama tem ainda a coragem de dizer que não há falta de estacionamento? Os factos são creíveis, é para quem quer ver, basta ir a Quarteira durante o dia, à noite para presenciarmos que é uma catástrofe em termos de estacionamento. O facto é que decorridos 8 anos e depois dos vários alertas que esta bancada fez, não há uma resolução para o problema. Há uma mitigação, criou-se uma bolsa de 30 lugares ali, depois reduziu-se 10 ali, criou-se uma bolsa na Melvin Jones, mas que não tem utilidade pública, o facto é que vamos a Quarteira e não há, é uma catástrofe total, há carros em todos os sítios, só não há em cima das árvores. É o único sítio e eu pergunto novamente com os meios que temos à nossa disposição e decorridos 8 anos não estaria a altura de já termos o problema do trânsito resolvido do estacionamento de Quarteira? É só esta questão que eu deixo.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para dizer ao Deputado Mário Botelho que têm aumentado muito o estacionamento em Quarteira e no passado isso não aconteceu. Repito, com a obra do edifício onde vai ficar o Mercado nós vamos criar mais 400 estacionamentos. Deu muito trabalho chegar aqui e não ficamos de mãos a abanar, trabalhamos sempre. Mas Senhor Deputado ninguém faz tudo, há sempre coisas que faltam fazer, mas olhe e veja o trabalho enorme que fizemos nos últimos anos no concelho, mas muito particularmente em Quarteira. Quarteira está diferente com o número de equipamentos, a melhoria urbana, enfim, são tantas coisas que têm sido ditas aqui, comunicadas à população, está a abanar a cabeça, olhe, diz o povo não há pior cego do que aquele que não quer ver. E o estacionamento, pode querer, nós vamos ficar aqui, espero eu, voltar a merecer a confiança dos eleitores, eles é que mandam e nós vamos mesmo resolver este problema e se não resolvermos em definitivo porque nada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tem uma resolução definitiva, Senhor Deputado, nós vamos melhorar muito, pode ter a certeza disso, pode gravar, pode ter a certeza disso, pois aquele equipamento onde o Mercado vai ser construído são de uma vez 400 lugares e há mais por onde crescer. Portanto, Senhor Deputado, não fique tão ansioso porque também esse problema a seu tempo terá a sua resposta.

Passou-se ao ponto seguinte;

5- Moções;

Moção de Pesar e Voto de Pesar pelo falecimento de Otelo Saraiva de Carvalho, propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do PS e pelo Grupo Municipal do BE.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almancil (Joaquim Pinto), dizendo que foi com grande consternação que tive conhecimento do falecimento do camarada Otelo Saraiva de Carvalho. Como tal fui convidado para fazer a leitura de um voto de pesar do Partido Socialista. "Faleceu no passado dia 25, com 84 anos de idade, Otelo Saraiva de Carvalho, o principal responsável pelo setor operacional da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas que a 25 de abril de 1974 fez cair o regime do Estado Novo, o qual vigorava há 48 anos em Portugal. Otelo Saraiva de Carvalho nasceu na antiga cidade de Lourenço Marques, hoje Maputo, capital de Moçambique em 31 de agosto de 1936. Na sua carreira militar consta o facto de ter sido alferes em Angola de 1961 a 1963, capitão de novo em Angola de 1965 a 1967 e também na Guiné entre 1970 e 1973. Foi um dos principais dinamizadores do Movimento de contestação ao decreto-lei n.º 353/73 que deu origem ao Movimento dos Capitães. A seguir ao 25 de Abril foi graduado em brigadeiro para ser comandante do COPCON e Comandante da Região de Lisboa a 13 de julho de 1975. Fez parte do Conselho da Revolução quando este foi criado a 14 de março de 1975 a seguir à intentona de 11 de março de 1975 e foi candidato às eleições presidenciais de 1976 e 1980. Foi uma figura incontornável da Revolução dos Cravos e muito controversa do período que se seguiu não sendo consensual a apreciação da sua atuação durante esse tempo pelo que a história encarregar-se-á de julgar o seu fervor, coragem e ação revolucionária. No momento em que parte, quis o destino que também fosse num dia 25, neste caso a 25 de julho de 2021. É justo que seja recordado e que nos detenhamos apenas naquilo em que é verdadeiramente consensual. Otelo Saraiva de Carvalho foi o grande estratega da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974 que terminou com a Guerra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Colonial em África e que devolveu a liberdade, a esperança e a dignidade ao povo português. Por isso, o grupo parlamentar do PS com assento na Assembleia Municipal de Loulé sobreleva essencialmente o papel que o Coronel Otelo Saraiva de Carvalho teve naquela madrugada libertadora de 25 de abril de 1974 e propõe um voto de pesar pelo seu falecimento, Loulé, 26 de julho de 2021, o grupo parlamentar do Partido Socialista."-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**. "Voto de Pesar pelo falecimento de Otelo Saraiva de Carvalho. Disse Sebastião da Gama, movidos e mudos chegamos. Não chegamos, haja ou não frutos pelo sonho é que vamos. É com enorme pesar que o grupo municipal do Bloco de Esquerda regista o falecimento de Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho, ontem dia 25 de julho de 2021 propondo que se fala a devida homenagem nesta Assembleia Municipal. Para o capitão de Abril naquele dia inicial inteiro e limpo o 25 de abril de 1974. Liderou o posto de comando do movimento das Forças Armadas, ação fundamental na vitória sob uma ditadura de 48 anos que conduziram os portugueses ao obscurantismo, à guerra colonial e à pobreza. Homem de enorme coragem e generosidade, impetuoso e controverso, mas sempre ao serviço dos seus ideais com um coração onde cabiam acima de tudo os mais genuínos sentimentos da amizade, serviu Portugal sem se servir e deixou um legado de liberdade que a memória dos portugueses não se esquecerá. Otelo ficará na História de Portugal como um dos capitães de Abril e tornou irreversível o Movimento das Forças Armadas rumo à libertação do nosso povo e dos povos das colónias pondo fim a uma guerra sem sentido, nem fim à vista onde tombaram milhares de filhos da nação. O país fica mais pobre com a sua partida. A Assembleia Municipal reunida no dia 26 de julho delibera prestar homenagem e manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento do Coronel Otelo Saraiva de Carvalho apresentando os sentidos pêsames aos familiares, camaradas de armas e amigos e que seja prestado um minuto de silêncio em memória ao Capitão de Abril e estratega militar que conduziu ao sucesso da Revolução dos Cravos".-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, sugerindo que estas moções sejam remetidas à Associação 25 de Abril e à família.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que Otelo Saraiva de Carvalho foi certamente um dos mentores livres que fizeram o 25 de Abril e a esse, todos os portugueses devem certamente o seu agradecimento. Contudo, como qualquer ser humano, como qualquer cidadão português, nós sentimos e pesamos a perda desse cidadão, especialmente de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Otelo que participou e dirigiu a ação do 25 de Abril e que nos permitiu sair da ditadura. Todavia, esta é a face mais agradável do lado de Otelo, mas não podemos deixar passar em branco, não podemos deixar passar uma esponja. Se por um lado ele foi a pessoa com um grupo de capitães que tentou dar a conceder a liberdade dos portugueses, por outro lado, numa década que entramos na União Europeia, a década de 80, tentou cerceá-la de algumas formas e pelas formas mais criticadas. Nós socialistas, sociais-democratas sempre defendemos os nossos ideais pela força da razão e não pela razão da força. E o que fez Otelo foi justamente isso, pela última parte tentou pela razão da força veicular os seus ideais políticos o que na realidade veio apagar todo o trabalho, todo o empenho, toda a dedicação que esteve para o 25 de Abril. Nesse sentido embora sintamos que o cidadão Otelo Saraiva de Carvalho tenha pesado em determinada altura da nossa evolução histórica e política, com certeza também pesamos o Tribunal judicial quer em última instância, quer do Supremo condenou este cidadão a 17 anos de prisão pelo crime de sangue que se veio a verificar sendo que 17 pessoas morreram nesses atentados e que não podemos passar uma esponja em branco sobre esta situação.

Pedi para intervir o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que nós também não poderíamos deixar passar este acontecimento em branco. O CDS tem uma certa dificuldade em identificar a pessoa de Otelo Saraiva de Carvalho. Por um lado, proporcionou-nos viver em democracia e em liberdade e é essa parte da sua vida nós queremos louvar. O que não podemos deixar, nem escamotear, nem branquear foi que esta mesma pessoa depois enveredou por terrenos de terrorismo, da ditadura, que é muito difícil de compreender como é que se salta de um sítio para o outro. Ele próprio disse, se eu soubesse que era isto que ia dar eu não tinha feito o 25 de Abril. É claro que eu não acredito que ele quisesse dizer exatamente aquilo que disse. Nós vamos apenas como um partido social cristão apenas manifestar o nosso pesar pela morte daquele que nos permitiu hoje estar aqui a falar bem ou mal, mas que nos permitiu nós estarmos aqui hoje.

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, para lembrar que os grandes homens são pessoas excecionais e isto é uma tautologia, mas é verdade, e às vezes têm tendência para entrar em exageros e fazer tanto de bom, como de mau. Lembro-vos apenas Afonso de Albuquerque, uma das maiores figuras da nossa história que é considerado um assassino na Ásia porque ele foi duro, porque fez aquilo que teve de fazer e, no entanto, é um herói da nossa história que ninguém põe em causa. Otelo Saraiva de Carvalho foi um homem que nos deu o 25 de Abril, foi ele que esteve por trás de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

toda a organização tática do 25 de Abril, sem ele não haveria 25 de Abril. Há que lembrá-lo por isso. Não pelos erros que ele fez e pelos quais pagou, como sabem, coube-me a mim enquanto militar algumas vezes coordenar a guarda da prisão onde ele estava, portanto, sei exatamente do que é que falamos, mas também sei que depois disso aderiu à democracia e tornou-se um cidadão tão exemplar como qualquer um de nós. Portanto, sim, temos que pesar a morte de uma personagem como ele, que não foi perfeito como ninguém foi, mas que foi fundamental na nossa história recente.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Almancil (Joaquim Pinto)**, dizendo que depois do que ouviu, eu, como camarada de armas, digo que o que o Otelo fez foi um ato sem par na nossa história e penso que universal. Até porque transformar um golpe militar numa revolução que não foi de balas, mas sim de cravos, em que apenas houve no dia seguinte 4 pessoas que faleceram e faleceram não foi por ação das forças militares envolvidas, as 4 pessoas foram simplesmente baleadas da sede da António Maria Cardoso. Nós não estamos aqui a fazer julgamentos de tribunal, nós estamos aqui para votar ou não votar um voto de pesar à família e à Associação 25 de Abril pelo falecimento do camarada Otelo Saraiva de Carvalho. Pensem nisso porque se viéssemos para aqui fazer julgamentos não era só a FP25 de Abril, MDLP e há toda uma série de coisas que nós podíamos puxar, portanto, não vale a pena estar aqui com discussões destas que são inúteis nesta fase, nesta fase a única coisa que eu acho e subscrevo o que disse o António Martins.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, para acrescentar alguma coisa. Em primeiro lugar, não se pode apagar a história, a história é de todos e o Otelo faz parte dessa história e o povo humilde e sábio e toda uma geração onde me incluo jamais esquecerá a importância do Otelo como contributo indispensável para a mudança deste país de então, analfabeto, isolado, empobrecido, envolvido numa guerra colonial, um serviço de saúde quase inexistente e uma juventude sem futuro. Estamos na CEE porque o Otelo tornou o 25 de Abril possível. A ele também se deve a coragem e a capacidade negociadora para ter evitado uma guerra civil que estava iminente em 1975, foi ele unicamente, ele como militar de Abril, esta é a prova e só por esta razão Otelo merece que seja realmente reconhecido. Foi um sonhador e arrastou outros sonhadores. Claro, como todos os sonhadores utópicos têm defeitos e têm grandes virtudes. Eu acho que realmente mereço este apoio e esta solidariedade da Assembleia Municipal e julgo que pela maioria ou por unanimidade de todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

deputados.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que pensa que está a ser feita justiça ao Otelos Saraiva de Carvalho. As palavras ditas não omitem o que foi o percurso deste homem, nós somos humanos e temos virtudes e temos defeitos e neste caso concreto o grande objetivo que foi dito por vários deputados municipais, nomeadamente, saliento o capitão de Abril que na altura também esteve no processo o nosso deputado Joaquim Pinto, tenente-coronel na reserva, Presidente da Junta de Freguesia de Almancil e que irá continuar com certeza e daqui as palavras dele são sentidas que viveu na primeira pessoa todo o processo.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu que depois de tudo o que foi dito não podia deixar de partilhar uma frase que lhe foi enviada por um bom amigo no dia do falecimento e penso que ajuda a sintetizar um pouco esta discussão. Otelos Saraiva de Carvalho liderou e venceu quando estava do lado certo, do lado do bem do país e do povo português, liderou e perdeu quando estava do lado errado, quando estava contra os interesses do país. Relativamente às questões que ele teve com isso, ele pagou o que teria que pagar, foi amnistiado por quem, os representantes de todos nós e, portanto, eu penso que essas contas também estarão feitas.-----

Passou-se à votação;-----

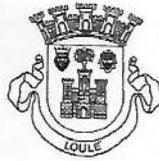
Moção de Pesar do Partido Socialista: aprovado por maioria, com 26 votos a favor, com 1 voto contra do PSD e 7 abstenções, 6 PSD e 1 CDS.-----

Voto de Pesar do Bloco de Esquerda: aprovado por unanimidade-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** leu a declaração de voto apresentada pelo Senhor **Deputado João Conceição (PSD)**. "Lamento sempre a morte de qualquer ser humano, no entanto, não podemos esquecer as pessoas que morreram pelo seu desrespeito pela vida humana".-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que irão comunicar o teor das moções à família e à Associação 25 de Abril.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que disse que para clarificar as posições, é evidente que a abstenção não é relativamente ao voto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pesar, que todos nós votamos a favor de um voto de pesar, ainda por cima de um cidadão com a importância do Otelos Saraiva de Carvalho, mas relativamente a alguns dos pressupostos apresentados nas moções. Eu penso que é importante que isto fique claro para não haver depois aproveitamento mais tarde relativamente a esta matéria.

Passou-se ao ponto seguinte;

6- Período da Ordem do Dia:

a)- **Proposta 47/2021- Deliberação relativa às Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano de 2020**, nos termos do n.º2 do artigo 76.º da Lei n.º73/2013, de 03 de Setembro, conjugado com a alínea l) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1054-2021**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, informando o seu impedimento na discussão, no debate e na deliberação da alínea a).

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para a apresentação do ponto, fazendo uma pequena apresentação sumula do Relatório de Gestão Consolidada do ano de 2020, é uma extensão da apresentação das contas individuais adicionando aquilo que é o grupo municipal, nomeadamente, através das empresas municipais onde o Município de Loulé controla por assim dizer maioritariamente essas empresas. Isto porquê? Porque o Município de Loulé tem participação em 11 entidades, mas dessas 11 entidades só consolida naquelas que tem participação maioritária, nomeadamente, a Câmara Municipal que é a entidade base adicionando a Escola Profissional de Alte e as restantes empresas municipais nomeadamente a Inframoura, a Infracuinta, a Infralobo e a Loulé Concelho Global. Em relação ao grupo municipal e essas contas consolidadas que apesar da legislação excecional do COVID permitir que ela pudesse ser aprovada até 31 de agosto de 2021, entendeu a Câmara Municipal acelerar esse trabalho de consolidação para que possamos aprovar antes do final de julho para que em agosto possamos ter outro tipo de atenção a outros assuntos. Em relação às contas que são apresentadas é de salientar um ponto fundamental que acho que é extremamente relevante que é o seguimento principalmente das ditas Infras daquilo que foi a consolidação do investimento por parte da Câmara Municipal de Loulé e uma aceleração desse investimento público como forma de ajudar do ponto de vista económico e do ponto de vista de condições de vida das pessoas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

esse mesmo investimento para e direcionado para as pessoas. Nesse sentido, há um crescimento de mais de 50% de investimento quer por parte da Infraquinta e por parte da Inframoura, são as duas empresas municipais onde o investimento ultrapassa 50% em relação a 2019, enquanto que a Infralobo mantém esse investimento em relação aos anos anteriores que também teve um crescimento acelerado. Em relação à Loulé Global e podemos também falar um pouco sobre esta empresa em específico sem qualquer condicionalismo, sem qualquer situação que possa originar outro tipo de interpretações, esta empresa municipal provavelmente teve o maior investimento, mas não no investimento propriamente dito como é dito em termos técnicos financeiros. Teve um investimento por parte da orientação da Câmara Municipal de Loulé nomeadamente em 3 grandes áreas que são as principais áreas de atuação desta empresa municipal. Uma foi a isenção do transporte público urbano que tem um peso substancial de cerca de 500.000,00€ do ponto de vista daquilo que é um investimento que a Câmara Municipal de Loulé por via desta empresa municipal considera que os cidadãos devem ter e nestes 500.000,00€ estamos a falar da introdução da Linha Roxa que é a linha que neste momento faz o transporte público urbano na Freguesia de Almancil, na vila, esperemos que cidade de Almancil dentro de pouco tempo, e faz também todas as linhas relacionadas com a Linha Branca, que o meu colega de Vereação Carlos Carmo falou, e as linhas de Quarteira e Loulé além da Linha Vermelha, que é Vermelha no bom sentido, que é a ligação à Estação de Caminho de Ferro. Todo este serviço público de mobilidade que esperemos que cada vez mais seja sustentável é um dos maiores investimentos por orientação da Câmara Municipal nesta empresa municipal e que tem um peso substancial de 500.000,00€ que é de facto gratuito para toda a população e foi esta orientação que esperemos que continue e perdure no tempo, como sustentabilidade de longo prazo que é um dos princípios que está também neste Selo Europeu de boa governação. Em relação à parte do Mercado Municipal, as isenções continuam até final deste ano também por combate à pandemia, isto também é um investimento que é a chamada não cobrança de receita que para nós é um investimento do ponto de vista daquilo que são as atividades nobres e sociais de produtores locais e, portanto, deve haver também um incentivo a esta pequena economia local, este pequeno negócio e, por último, aquilo que foi uma interrupção do ponto de vista das paragens de confinamento e de estado de emergência e que teve um impacto também substancial nesta empresa municipal. E, portanto, desse ponto de vista o investimento desta empresa municipal não é como as Infras do ponto de vista daquilo que foi a reabilitação e melhoramento das infraestruturas da condição básica que é o abastecimento de água e esgotos, mas teve nesta parte que é relacionado com a mobilidade. Em relação à Escola Profissional de Alte há uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

alteração também que foi aprovada nesta Assembleia que não tem reflexos em termos diretos nos resultados da empresa, mas tem diretos na organização que foi a alteração de estatutos por parte da Escola Profissional de Alte e que também era relevante aqui referir porque vem entrar numa nova dinâmica de formação e aprendizagem não só para jovens, mas também para adultos e, portanto, é relevante numa escola que se encontra no interior do nosso concelho e que poderá ser dinamizadora de diversas atividades nestas áreas.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para deixar algumas notas relativamente à análise consolidada das contas, ou seja, a integração de todas as empresas municipais nas contas da Câmara Municipal. À partida a primeira parte o que realça é que o resultado cai drasticamente, basta dizer que cai um resultado líquido em 2019 de 13,4 ME para 4,2 ME, no que resulta uma quebra de 9,2 ME que significa em termos relativos 34% de quebra. À partida o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Presidente vão esclarecer que certamente é dado aos apoios económicos que se fez sentir, quer à ação social, quer os transportes que foram libertados, o facto é que o que nós analisamos é que há uma perda total de receita e isso é bem explanado na demonstração de resultados que há uma quebra clara de 34% de resultados. Nós conseguimos perceber alguns indicadores que demonstram claramente para além daquela canalização de determinados proveitos em face à pandemia, vemos que os custos com o pessoal para aquilo que temos vindo a alertar há algum tempo subiram 4,8%, cerca de 2.000.000,00€ relativamente a 2019. Quando fizemos a análise comparativa entre 2013 e 2020 o que constatamos é que ela sobe para 32,9%, quando antes tínhamos 1911 funcionários subimos para 2290 o que significa um aumento de 42,7 ME, o que para nós é assinalado que é em termos de ciclos económicos favoráveis a rigidez dos custos com pessoal leva a défice e provavelmente um dos indicadores que pode ter influído nesta que é abrupta quebra de rendimento é certamente a rigidez de custo com pessoal, mas obviamente o Senhor Presidente da Câmara como tem enunciado sempre foi essa a sua bandeira, aliás os seus slogans, tem sempre algo ligado às pessoas, sempre com as pessoas, ninguém fica para trás, acredito que isto seja a sua génese, forma de fazer política é que o município tenha que ser um empregador, sendo provavelmente um dos maiores empregadores, basta dizer que neste momento vamos acabar com 2290 funcionários, se a memória não me falha. Portanto, dizer que determinadas contas estão estabilizadas, o nível de endividamento está a diminuir, de facto a Câmara Municipal de Loulé tem vindo a fazer marca na receita, mais ou menos previsível, portanto, acreditamos que a Câmara não vai entrar em dificuldades económicas, mas que podíamos geri-la de melhor forma e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

como é que gerimos de melhor forma, talvez obtendo, fazendo com que o próprio mercado, o mercado agregado que presta serviços possa absorver alguma parte da riqueza e não só contratando serviços de recursos humanos para fazer determinados serviços. Isto claramente é uma medida que permitia às empresas que estão no Município de Loulé desenvolver mais economicamente, gerar mais impostos, gerar empregabilidade e se calhar fazer com mais eficiência e eficácia aquilo que por vezes a Câmara não consegue fazer. Sabemos que o Estado, algumas áreas não são favoráveis ao Estado e acreditamos que a iniciativa privada fará muito melhor e, provavelmente, com um preço mais em conta. Portanto, só para deixar uma última nota de que o saldo de gerência ronda os 101.000.000,00€ e obviamente sem tirar as licenças e as cauções que estão aqui relativas às águas temos certamente um índice de reserva no próximo ano melhor, boa, portanto, creio que a Câmara Municipal de Loulé estará certamente em condições de poder cumprir um plano eleitoral que estava prometido ao longo de 4 anos e que tem sido de alguma forma diminuto e não é por falta de verbas.

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, para dar duas notas muito rápidas. Em primeiro lugar, relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Mário Botelho, há aí uma pequena confusão com os números porque efetivamente não houve uma alteração substancial do resultado líquido nas contas consolidadas, antes pelo contrário. Faço-lhe notar que o resultado líquido da consolidação está em 4.400.000,00€, sensivelmente. Enquanto que o resultado líquido da Câmara no exercício de 2020 foi de 3.637.000,00€, portanto, houve efetivamente um aumento embora pouco substancial, mas houve efetivamente um pequeno aumento. Fazer notar que no fundo as receitas das empresas consolidadas andaram na ordem dos 8.000.000,00€, enfim, números muito redondos, e fazer notar uma coisa também que é extremamente importante, é que não há dúvida alguma que o património líquido do universo público municipal é substancial, é cerca de 400.000.000,00€ para um passivo de 42.000.000,00€. Efetivamente o passivo que temos de todo o universo empresarial e Câmara é menos de 10% do património líquido da Câmara, que é algo extremamente relevante, sem dúvida alguma e que é de realçar. Não há dúvida alguma que isto tinha que ser referido e penso que até atendendo à situação difícil do plano de 2020, foi uma situação tremendamente difícil, o que é facto é que, aliás está patente na redução substancial da receita das empresas participadas, o resultado final não sendo relevante em termos de resultado líquido, mas é efetivamente um resultado positivo. Temos um peso substancial em termos de número de pessoas em termos daquilo que são os recursos deste universo, mas isso é infelizmente em todo o setor público, poderia ser muito mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

racionalizado, temos que alterar os números porque são aquilo que são e estão extremamente bem expressos e evidenciam que o resultado não foi assim como foi feita a leitura, mas sim um resultado totalmente diferente.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, para sublinhar nesta intervenção e nesta consolidação de contas o investimento que foi feito primeiro em transporte público gratuito, quero recordar que muitos especialistas, nomeadamente, nas questões das alterações climáticas e ambientais defendem que cada vez mais a luta contra as alterações climáticas e contra a poluição passa pela disponibilização gratuita de transporte nomeadamente nas nossas cidades, portanto, neste aspeto Loulé está também na vanguarda, é importante incentivar as pessoas a utilizar cada vez mais o transporte público e transporte público de qualidade e gratuito, coisa que devo dizer os privados nunca farão, é essencial até para construirmos o nosso futuro.- A outra questão que eu queria sublinhar tem a ver com a Escola Profissional de Alte com o investimento que também foi feito, devo dizer que a Escola Profissional de Alte não teve resultados negativos relativamente ao ano passado, mas o investimento que foi feito é importante porque tal como já foi dito aqui algumas vezes vai permitir à Escola Profissional de Alte alargar a sua atividade não apenas no âmbito da formação, mas também com a colaboração com os produtores locais e na transformação de produtos locais em novos produtos que a própria escola desenvolve. Um plano, que se tudo correr bem, vai permitir a médio prazo à Escola Profissional aumentar, inclusive, os proveitos e os recursos financeiros para se autossustentar. Nesse aspeto, a Câmara Municipal, que liderou este processo, está de parabéns.-----

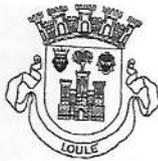
Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para dar uma nota ao Deputado Calçada Correia que, provavelmente, não estará a analisar os mesmos números que eu ou estará provavelmente confuso, mas o que consta na demonstração consolidada dos resultados, página 54 do manual, é que há uma queda de 13,4 ME para 4.000.000,00€ em 2020 que representa 67% de quebra e isto está plasmado aqui no próprio documento, que diz aqui o resultado líquido do grupo municipal em 2020 é de 4,4 ME. Portanto, não sei onde é que o senhor Calçada Correia vem buscar os números, mas os números que estão cá são estes, não existem mais nenhuns, há na realidade uma quebra de 13,4 ME para 4,2 ME em termos de resultado líquido, o que significa uma perda de 9,2 ME, significa 67% de quebra. Estes são os resultados que estão cá na demonstração de resultados que não podem ser apagados.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse que as contas consolidadas não alteram a essência do documento de prestação de contas já aprovado por esta Assembleia, registo que o município de Loulé tem participação no capital social de 11 sociedades, duas em processo de falência, insolvência, e apenas exerce o controlo onde tem capital maioritário na Infralobo, Infraquinta, Inframoura, Loulé Global e Escola Profissional de Alte, mais recentemente. Os documentos revelam que o município goza de ótima saúde financeira com um total de 60.000.000,00€ em caixa e depósitos, em 2019 eram 76,4 ME, como tal digno de registo, de acordo com os indicadores aqui apresentados. Porém, no que diz respeito às empresas municipais portadoras de serviços denominadas por Infrás e Loulé Global já o mesmo não podemos afirmar e sobre estas empresas gostaríamos de apresentar algumas questões. O grupo municipal apresenta rendimentos de quase 130.000.000,00€ e gastos na ordem dos 125.000.000,00€. Os indicadores financeiros na sua globalidade são positivos, entretanto, o setor empresarial local que são as empresas municipais contribuiu com cerca de 20.000.000,00€ de vendas e prestações de serviços, onde tenho a destacar que com uma fatia importante na política de eficiência energética e sustentabilidade ambiental com um investimento que ronda os 2,6 ME. No final do ano de 2020 o número de trabalhadores do grupo municipal ascendia a 2290, o que representou um crescimento face ao ano anterior de 235 trabalhadores. O município tinha 1940, pela alteração feita ao mapa de pessoal vamos passar em 2021 para 2040. As restantes empresas tiveram um crescimento residual, a Escola Profissional de Alte 4 trabalhadores, a Infralobo 3, a Infraquinta, Inframoura e Loulé Global mais 2 trabalhadores cada. Em termos de distribuição por género, o sexo feminino é que manda e é grandemente maioritário na Câmara de Loulé e nas restantes empresas.-----

Aqui começam os números a merecer respostas. As dívidas a terceiros de médio e longo prazo totalizam perto de 20.000.000,00€ distribuídos Câmara 17.000.000,00€ e Loulé Global 662.000,00€ e em sistemas de leasing em empresas municipais cerca de 1,5 ME e gostaríamos de saber este valor que está distribuído pela Infraquinta 461.000,00€, pela Infralobo 555.000,00€ e Inframoura 403.000,00€ qual foi a justificação para este tipo de operação financeira. Nos mapas das obrigações pagamentos dentro da Câmara e empresas municipais verificamos que na rubrica Relações Comerciais gostaríamos de saber se o saldo final corresponde efetivamente a dívidas destas empresas para com a Câmara referente a serviços e como se chegou a esta situação. Assim, o saldo final que poderá ser visto nos diversos mapas que estão aí, portanto, o saldo final na realidade em dívida totaliza a Inframoura está a dever à Câmara Municipal de Loulé 1.321.621,84€, a Infralobo 1.139.843,34€, a Infraquinta, com uma gestão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

muito mais equilibrada, deve somente 278.199,73€. No mapa das dívidas ao município de 31 de dezembro de 2020 a Infralobo devia 1.027.870,00€ e a Inframoura 733.154,00€ referente a fornecimentos de abastecimento de águas e águas residuais que não pagaram, mas cobraram e que gostaríamos de saber onde podemos encontrar as contas nas empresas agora aqui apresentadas. Como se pode ver no Quadro de Dados e Indicadores Financeiros verificamos que nas empresas municipais, as vendas não são suficientes para a manutenção dos encargos inerentes fornecidos à exploração por parte do sócio maioritário. A Câmara, por outro lado, da outra parte minoritária o apoio tem sido e continua a ser a zero. Os resultados referentes a 2020, a Inframoura vendeu 8,8 ME e teve o resultado líquido de 24€, ainda conseguiram apresentar saldo. No entanto teve um subsídio à exploração num valor de 480.000,00€. A Infraquinta teve umas vendas de 5,4 ME com um resultado líquido de 114.000,00€. A Infralobo, por sua vez, vendeu somente 4,3 ME e tem um resultado líquido de 63.356,00€, não percebemos, sinceramente. A Loulé Global apresenta um prejuízo menos 261.000,00€ e, entretanto, teve um subsídio à exploração no valor de 455.000,00€. Julgo que gerir uma empresa destas é fácil, nunca dá prejuízo, tem sempre apoios à exploração, e consegue sempre satisfazer a clientela. Julgo que qualquer empresário sério deste concelho já teria dado à falência estas empresas.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, para dizer ao Deputado Mário Botelho que na sua segunda intervenção clarificou melhor, disse aquilo que não disse na primeira. Ao fim e ao cabo temos os dois razão. Portanto, na análise que fiz contestei aquilo que o senhor Deputado disse que tinha havido um prejuízo grande das empresas participadas, nas empresas mistas, quando aquilo que eu lhe referi é que efetivamente não houve prejuízo, houve lucro embora muito pequeno em 2020, na consolidação. É óbvio, e depois clarificou bem na segunda intervenção, que houve uma redução substancial do resultado do ano anterior, efetivamente porquê? Porque no fundo houve uma redução nas empresas participadas de cerca de, em números redondos, 7.000.000,00€ de faturação, o que leva efetivamente a isso, agora não houve prejuízo nas empresas participadas, houve um resultado muito pequeno que comparativamente ao ano anterior, efetivamente houve uma redução drástica do valor, portanto, no fundo, era isto que eu queria clarificar para não haver aqui confusões, nem haver dúvidas. Acabamos por falar se calhar a mesma linguagem, mas na sua primeira intervenção ou não foi preciso ou pelo menos eu percebi uma coisa efetivamente diferente que era que tinha havido um prejuízo substancial.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para deixar umas breves notas ao comentário do Deputado Calçada Correia, obviamente falamos os dois da mesma coisa só que temos objetivos diferentes, o facto e é irredutível é que houve uma quebra da receita na ordem dos 9,2 ME, se o Senhor não chama a isto prejuízo, bom é verdade que o saldo não é negativo, passamos de 13,4 ME para um resultado liquido de 4,2 ME, apresenta lucros, mas a redução é abrupta, é enorme, são 9,2 ME há uma quebra de 67%, se isto não resulta em prejuízo, bom eu na minha casa se tiver uma quebra de resultados com um nível de queda destas eu considero obviamente prejuízo, bom, mas isso serei eu na minha casa, nas empresas dos outros, outros terão outra consideração.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para responder às questões, dizendo que algumas questões são similares, há outras que são repetidas da Assembleia Municipal anterior quando discutíamos as contas individuais, mas todas elas reportam ao investimento e vou tentar partir aqui em dois, três investimentos. O primeiro investimento são os recursos humanos, dizia há uns tempos, penso eu, o Senhor Presidente da Assembleia da República que esta coisa da democracia e praticar o serviço público tem custos, as instituições públicas naquilo que deve ser o melhor serviço à população tem custos. Os recursos humanos não são um custo, os recursos humanos são investimento dentro daquilo que é uma technicalidade financeira que é um custo, mas ele deve ser olhado como investimento. Porquê? Porque ele envolve conhecimento, ele envolve formação, ele envolve também pessoas e qualquer contacto com a população deve ser feito com pessoas, inovando na tecnologia, mas deve ter por trás pessoas também para conseguir perceber socialmente e ao nível daquilo que são as necessidades da população ter essa sensibilidade. É por isso que o grupo municipal tem naquilo que é o aumento de pessoal tem a ver essencialmente com a Câmara Municipal porque como referiu o Deputado Carlos Martins o aumento nas empresas municipais é residual e, portanto, tem a ver com a Câmara Municipal. Ele já foi justificado, este aumento tem a ver com um aumento de pessoal na área da educação, que é uma das áreas que este Executivo considera primordial no futuro dos mais novos e dos menos novos, também, porque não? Porque também envolve universidades seniores e a educação é primordial, aí este aumento de pessoal tem muito a ver com educação e tem a ver com aquilo que são os impactos da pandemia, nomeadamente, um aumento de pessoal não docente porque o número de turmas diminuiu, os horários aumentaram e isto tem custos associados e por isso isto é considerado também um investimento e não me vou alongar mais porque já foi plenamente respondido em relação a esta parte o aumento de funcionários.-----

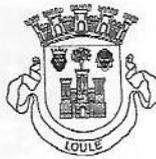


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Outra parte é que conseguimos perceber segundo o Deputado Mário Botelho que ter resultados líquidos positivos é negativo e, portanto, aquilo que a Câmara Municipal apresenta e o grupo municipal apresenta resultados positivos é de facto negativo e é negativo porque a diminuição do resultado líquido do exercício cerca de 85% foi direccionado para investimento e, portanto, diminuir um saldo transitado para 85% para investimento é negativo e dessa forma penso eu que está respondido em relação a esta parte tal como também foi muito bem aqui acompanhado pelo meu colega de bancada, por assim dizer, o Deputado Calçada Correia que referiu muito bem esta parte.-----

Em relação à parte do Deputado Carlos Martins em relação a esta que é relevante e que referiu e muito bem que é a presença maioritária de mulheres como trabalhadoras quer do grupo municipal, portanto, juntando as empresas municipais, por alguma razão deve ter a ver também com aquilo que a Câmara Municipal e as empresas municipais estão a implementar que é os chamados Pactos de Conciliação Familiar e Profissional e Social que estão a implementar seguindo orientações também do próprio Ministério que a pandemia também fez acelerar, ou seja, hoje em dias as pessoas estão cada vez mais preocupadas com a sua vida pessoal, com a sua vida familiar e a Câmara Municipal de Loulé e as empresas municipais estão a seguir essa recomendação com uma forma mais harmoniosa e feliz de exercer um cargo público que acho que é isso que deve estar aqui presente.-----

Em relação à parte das dívidas das empresas municipais à Câmara Municipal isto tem a ver com a questão do saneamento básico e tem a ver com aquilo que vão abatendo da própria dívida que vão tendo, mas há aqui uma parte relevante que o senhor Deputado Carlos Martins referiu e muito bem que é estes empréstimos a *leasing* por parte das empresas municipais e as dívidas por parte da Loulé Concelho Global. As empresas municipais estão obrigadas por lei a pôr todo o seu relatório de contas pormenorizado nos seus respetivos *websites* e, portanto, se forem ao *website* ele tem que estar patente lá, tal como o Parecer do Revisor Oficial de Contas, mas também nos documentos que foram entregues a esta Assembleia está plenamente identificado todo esse mapa de *leasings*, mas que eu posso de uma maneira mais geral referir. Os *leasings* em relação às empresas municipais têm essencialmente a ver com a contratação e compra de veículos de recolha de resíduos que são valor substancial e que do ponto de vista financeiro faz sentido nalgum ou noutra momento adquirir esse equipamento, esse veículo em regime de *leasing*. A dívida da Loulé Concelho Global tem a ver com as obras do Mercado Municipal de Loulé no ano de 2008 e que, portanto, ainda tem dívida desse pagamento, desse empréstimo a médio-longo prazo para essas obras.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em relação à empresa municipal Loulé Concelho Global, Senhor Deputado satisfazer clientelas, eu não consigo entrar nesse tipo de discurso, mas referir que esta é uma empresa municipal que tem um carácter bastante de sustentabilidade, também ambiental. E vou referir porquê. Primeiro, nós vamos discutir hoje um conjunto de delegação de competências que estão nos pontos a seguir, vamos também discutir o Contrato-Programa e porque é que o Contrato-Programa também aumenta a subsídio, referiu que essa subsídio de 450.000,00€ é má, eu vou-lhe explicar porque é que a subsídio vai passar para 600.000,00€ e vou explicar exatamente onde é que ela é aplicada e isto não é clientela, isto são números que depois têm por sua vez o serviço à população e essa parte será devidamente explicada. Mas dizer que uma alteração que veio a esta casa que foi a Alteração de Estatutos da Loulé Concelho Global. E porque é que é sustentabilidade ambiental? Porque nós estamos a falar de transportes públicos urbanos gratuitos, nós estamos a falar de postos de carregamento de veículos elétricos que passam a responsabilidade, gestão, exploração, colocação por parte desta empresa municipal e também um conjunto de iniciativas ligado à eficiência energética nomeadamente colocação de painéis fotovoltaicos que tal como podem ver no Mercado Municipal de Loulé ele é autossustentável desse ponto de vista através da colocação de um investimento de cerca de 200.000,00€ de painéis fotovoltaicos no telhado do Mercado Municipal de Loulé, que não se vê, mas está lá e alimenta do ponto de vista energético e esse é mais outro investimento que foi feito por esta empresa municipal e que depois tem reflexos nas contas também a médio prazo do ponto de vista do seu pagamento. Portanto, é uma empresa municipal com futuro, cada vez mais direcionada para a mobilidade sustentável, cada vez mais direcionada para a eficiência energética e é esse o destino que este Executivo pretende dar a esta empresa municipal salvaguardando toda a capacidade que tem porque com estes aumentos de competências a empresa municipal aumentou dois trabalhadores. Aumentando estas competências com o aumento de dois trabalhadores não é aqui que se ganha clientela pelo que ele não é factualmente verificado.-----

Importa também referir, pois o Deputado Carlos Martins referiu e muito bem, atenção que quando dizemos que a Câmara Municipal de Loulé está integrada em 11 sociedades e que 2 estão em processo de insolvência que é o Matadouro Regional do Algarve e é a Globo Algarve, a insolvência que é a nível do Algarve inteiro já tem mais de 10 anos do ponto de vista daquilo que ainda não se resolveu do ponto de vista de insolvência sendo que o município de Loulé faz parte, numa percentagem reduzida, mas faz parte e, portanto, também era importante referir isto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Por último, a Loulé Concelho Global apresentou resultados negativos de cerca de 200.000,00€, estes 200.000,00€ tiveram que ser segundo a legislação, para manter o seu equilíbrio tiveram que ser repostos pelo seu acionista maioritário, como é óbvio, e isso tem a ver com todos os impactos da pandemia e uma orientação da Câmara em relação a esta empresa municipal e em relação aos seus resultados, mas que tal como foi referido pelo Senhor Presidente e pelo Executivo no início deste mandato, o grupo municipal terá sempre resultados financeiros equilibrados e repostos daquilo que são as suas orientações e, por isso, é um dos princípios do Selo Europeu de Excelência de Governação que é a Gestão Financeira Sólida.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, agradecendo em primeiro lugar a explicação do Senhor Vice-Presidente. Contudo, não disse que o resultado líquido desfavorável era um resultado negativo, acontece que entre ali e o abismo são 4.000.000,00€, é simples, o Senhor tinha o resultado líquido de 14.000.000,00€ e passa para 4.000.000,00€ e acha que está perfeito. Contrariamente o Senhor Presidente da Câmara no passado diria que o dinheiro não é para ser aplicado de qualquer forma, era para fazer mealheiro. O Senhor Vice-Presidente gostava muito de ter dinheiro na Câmara, muito dinheiro em banco, portanto, sempre foi apanágio do Senhor Presidente ter muito dinheiro em banco, mas neste momento vemos que na realidade o passo até ao défice é de 4.000.000,00€. É muito pouco. Portanto, eu não disse que era prejuízo, disse apenas que estávamos num mau caminho, numa má trajetória, reduzimos drasticamente o efeito benéfico do resultado líquido do exercício.-----

Outra questão que eu quero colocar é em relação à Loulé Concelho Global. Temos vindo a alertar já há vários anos que ela a Loulé Concelho Global é uma empresa deficitária, os senhores continuam a insistir de que na realidade a Loulé Concelho Global é uma empresa necessária para prestar um serviço público de excelência ao município. Eu não duvido que não seja necessário prestarem esse serviço público, o que eu digo é que nós, Executivo, não estamos a prestar um serviço bom em termos económicos porque poderíamos certamente através de meios próprios da Câmara Municipal de Loulé num departamento ou de uma divisão qualquer exercer os mesmos trabalhos sem requerer aos subsídios de exploração que estamos constantemente a injetar dentro da Loulé Concelho Global porque é uma empresa deficitária, todos os anos perde 200.000,00€ a 300.000,00€, portanto eu acho que isto é desnecessário, é uma má gestão de estar a utilizar uma empresa pública para esses fins quando podemos facilmente com os recursos da Câmara com 2290 funcionários certamente haverá alguns funcionários que poderão fazer esta tarefa e fazê-la tão bem ou melhor do que a Loulé Concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Global está lá a fazer e certamente poupar muitos milhares de euros ao erário público.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse que sabem bem porque é que surgiram as empresas municipais e até na altura o PS era contra, mas passou para o poder e passou a ser a favor. Inclusive o senhor Presidente da Assembleia que abana a cabeça prometeu apresentar o relatório, quando era Vereador, pormenorizado para justificar se realmente havia razão para haver ou não 3 empresas municipais que têm o mesmo objetivo social e que distam 3 e 4 quilómetros umas das outras. Em nenhum concelho do mundo existe uma Câmara que tenha 3 empresas municipais para o mesmo fim. Se houver uma eu pago um jantarinho bom a todos. Portanto, Loulé dá-se ao luxo de ter 3 empresas municipais que realmente têm 3 conselhos de administração, têm 3 parques automóveis, têm 3 logísticas diferentes, têm 3 em triplicado. Por outro lado, todos sabemos também, porque estamos cá há muito tempo, porque é que foi criada a Loulé Global pelo PSD quando na altura os mercados municipais eram geridos por uma empresa do PS que tinha o domínio no país inteiro e não falo em clientela, Senhor Vereador, porque eu já estou aqui nisto há muitos anos. Portanto, o que é que o PSD fez? Transformou o Mercado Municipal que era o único objetivo naquela altura que era da Loulé Global, mais nada, a Loulé Global só estava associada aquilo. E como havia uma dívida no Mercado de 1.000.000,00€ foi canalizado para essa empresa como forma de esses passivos foram para as empresas. Nós somos contra as empresas municipais porque o município de Loulé tem capacidade dentro dos seus quadros técnicos para fazer o mesmo trabalho e com as mesmas condições e aliás é exigida à Câmara que faça a qualidade de serviço que presta em Vilamoura que preste a mim na Pedragosa. Porque pago também impostos, o IMI também é igual e as tarifas da água e saneamento são iguais. E até tenho que carregar o lixo ao colo porque não vão à minha casa. Portanto, a clientela é que temos conselhos de administração em empresas que dão prejuízo e só não dão prejuízo como o Senhor Vereador disse porquê, para ficarmos bem na chapa, nestes prémios que a Câmara recebe que são justos, alguns, é para ficarmos bem e para dizermos que não temos empresas municipais deficitárias. Então quando se dá um subsídio de exploração de quase 400.000.000,00€ num saldo de quase 20.000,00€ não é cobrir um défice? Na minha casa ninguém me dá esse dinheiro, eu julgo que nas empresas, eu não sou economista, mas em qualquer empresa qualquer economista vê que a empresa dá prejuízo o sócio mete lá dinheiro que é para compensar as coisas. Portanto, eu acho que a Loulé Global não tem razão nenhuma para existir e já deviam ter feito uma fusão de 3 empresas, deviam ter coragem, mas não têm, claro, de fazer a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

fusão das 3 empresas que têm o mesmo objetivo social e continuo a dizer que não há nenhum município neste país à beira mar plantado que apresente isso.-----

Pedi para intervir o Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que se dirigiu em primeiro lugar ao Deputado Mário Botelho. O Executivo também tinha referido na última Assembleia Municipal que a diminuição do resultado liquido do exercício tinha a ver também, eu é que não referi porque acho que não fazia sentido porque não é substancial, acho que o que é substancial na sua redução é o investimento, mas é a alteração da contabilização, que aliás até está descrito no relatório do Revisor Oficial de Contas que é a contabilização do POCAL para o SNC-AP e, portanto, essa contabilização, só para dizer que havia um exercício que dava, no caso só da Câmara Municipal, atenção, só no caso da Câmara Municipal, que dava em vez dos cerca de 3,3 ME dava um resultado liquido do exercício próximo dos 7,5 ME portanto, a alteração da forma de cálculo, é por isso que a forma como devemos olhar estes resultados, devemos olhar é para aquilo que são os saldos orçamentais como de certa forma o Deputado Carlos Martins fá-lo. Portanto, devemos olhar para os resultados orçamentais e não deste ponto de vista dos resultados líquidos do exercício e, portanto, é como as empresas municipais que devemos olhar mais para o resultado operacional porque é isso que faz sentido do ponto de vista da sua capacidade de existência, da sua capacidade de organização para que faz sentido ou não esta questão das empresas municipais.-----

Referir aqui também porque acho que faz sentido para ver se pelo menos eu e o Senhor Presidente da Assembleia conseguimos dividir o jantar o que será aqui uma oferta do senhor Deputado do Bloco de Esquerda, mas atenção que as tarifas de águas e esgotos não são iguais dentro do território, aliás, é até reconhecido por parte da ERSAR que as tarifas de águas e esgotos diretamente da Câmara Municipal são das mais baixas do país, enquanto que naquele território tutelado pelas Infras são mais elevadas e, portanto, desse ponto de vista aquilo que a Câmara Municipal faz e muito bem é que o IMI que é arrecadado tem muito investimento nestas áreas compensando com uma tarifa de águas e esgotos mais baixa para este território que não é dessa parte mais a litoral.-----

Dizer também o seguinte em relação às empresas municipais, eu pessoalmente, desculpe-me o senhor Presidente da Câmara, eu sou um grande defensor da constituição das empresas municipais, aliás, por alguma razão elas foram constituídas numa lógica de aumentos de eficiência e de eficácia não para aumentos de endividamento que muita gente protelou, mas aumentos de eficiência e eficácia. Mas como é óbvio têm de ser devidamente acompanhadas, têm que ser devidamente escrutinadas, é por isso que têm uma legislação própria e é por isso que elas também vêm a esta Assembleia, para serem discutidas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

muito bem. Um dos exemplos que eu dou desta eficiência e eficácia da constituição destas empresas municipais é que se nós tivéssemos que subsidiar a Loulé Concelho Global em relação ao transporte público urbano ela tinha que ser em 500.000,00€ e se formos verificar a proposta do Contrato-Programa que vamos ter em 2 alíneas a seguir, a proposta é de 397.000,00€, ou seja, ela não é subsidiada em 100.000,00€ e, portanto, estes 100.000,00€ e, por exemplo, dando um único exemplo do transporte público urbano é através de receitas próprias e, portanto, há aqui um ganho de eficiência e eficácia por parte desta empresa municipal naquilo que é a sua competência. Outra das razões tem a ver também e aqui o Mercado Municipal de Loulé e o mercado exterior de sábado, se fosse também na sua totalidade subsidiado chegaria a um custo total de 250.000,00€, a proposta que está no Contrato-Programa que vamos ver também em 2 alíneas a seguir, são 170.000,00€ e, portanto, estão aqui cerca de 80.000,00€ que advém de receitas próprias desta empresa municipal. E, portanto, ela não é subsidiada a 100% porque se fosse subsidiada a 100%, Senhor Deputado, ela nem devia existir, nem podia existir. E desse ponto de vista a legislação é muito clara, se nós ultrapassarmos em mais de 50% aquilo que são as subsídios em relação aos seus proveitos totais, a empresa não pode existir, não deve existir e porquê? Porque assim não há razão nenhuma para existir e é integrada na Câmara Municipal, como é óbvio e como o Senhor Deputado referiu. Há aqui aquilo que a legislação já permite, já protege as interrogações dos cidadãos que é ela não pode ter receita própria inferior a 50% daquilo que são os proveitos totais e, portanto, é nesta lógica que elas têm que ter ganhos é por isso que elas até do ponto de vista dos recursos humanos têm esse equilíbrio que vemos e elas têm essa capacidade de existência enquanto tiver justificação para tal consubstanciada nesta legislação. Para concluir porque penso que é importante referir, o saldo do grupo municipal total a 31 de dezembro de 2020 englobando as empresas municipais do ponto de vista orçamental são 53,5 ME é este o saldo do universo do grupo municipal, é sempre importante ter estes dados do ponto de vista factual.-----

Passou-se à votação:-----

a)- **Proposta 47/2021- Deliberação relativa às Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano de 2020**, nos termos do n.º2 do artigo 76.º da Lei n.º73/2013, de 03 de Setembro, conjugado com a alínea l) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1054-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 25 votos a favor, 8 abstenções (6 PSD, 1 CDS e 1 BE) e 1 impedimento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Deputado Carlos Costa (PS)..-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

b)- **Proposta 48/2021- Deliberação relativa à Aprovação dos Relatórios de Avaliação referentes à empreitada Circular Norte de Loulé, autorização para aquisição dos imóveis, devidamente identificados quer nas fichas de avaliação, quer no mapa de expropriação, nos termos e efeitos do art.º 25.º, n.º1, alínea I e art.º 33.º, n.º1, alínea CCC, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (RJAL), na sua atual redação; [Proposta da Câmara Municipal n.º 966-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

Para a apresentação deste ponto foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Abílio Sousa**, que disse que esta proposta prende-se com a aprovação do relatório de avaliação das parcelas necessárias para a execução da segunda fase da Circular Norte onde são cerca de 50 parcelas e o valor das mesmas é 950.281,08€. Uma vez que as competências de deliberação da Câmara Municipal de Loulé são aqui ultrapassadas porque o valor ultrapassa os 605.000,00€ tem que vir aqui à Assembleia para que seja aprovada. Em relação a esta proposta dava uma informação sobre o processo da execução da segunda fase da Circular Norte, está a decorrer o concurso público neste momento e até ao final de agosto serão apresentadas propostas e o valor base são 4.099.644,00€.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse que acha que este assunto é demasiado importante para os louletanos para os representantes dos louletanos não falarem aqui na Assembleia Municipal que é a casa da democracia. Nós já estamos como os alentejanos em relação à barragem do Alqueva, façam a circular. Nós constantemente ouvimos notícias sobre a Circular de Loulé, promessas, vai avançar, pára-arranca, há de chegar um dia que isto tem mesmo que avançar. É muito importante nomeadamente concluir este troço a norte da cidade que vai ligar a Rotunda das Barreiras Brancas ao centro de saúde porque é uma forma de tirar o trânsito rodoviário da zona urbana da cidade. Ainda hoje tive a oportunidade de pacientemente seguir atrás de um camião TIR desde a rua Afonso de Albuquerque até ao centro de saúde porque o camião TIR ocupa praticamente toda a faixa de rodagem. É tempo de se resolver esta situação. Claro que o fecho da Circular Sul caiu em esquecimento, mas é o troço mais importante que poderia resolver o problema do trânsito que coincide todo para o centro da cidade. Como vimos a história da construção da Circular em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

volta da cidade de Loulé é longa, teve origem no PDM aprovada em 1995, com a presidência de Joaquim Vairinhos, que faço votos de boa saúde, teve altos e baixos, avanços e recuos e periodicamente por coincidência sempre em ano de eleições as promessas são salientadas e voltam a apregoar "agora é que vai ser de vez". É preciso que se reconheça a história da Circular de Loulé, grande parte desta obra era da responsabilidade do Estado como contrapartida pela construção do Aterro da Cortelha, assim aconteceu na ligação do Centro de Saúde à zona industrial e voltaria a acontecer com a parte norte com um projeto aprovado para mais duas faixas. Se não fora, Senhor Presidente, assumir em 2017 que ia fazer no ano seguinte a Circular um custo da obra no valor de 5.000.000,00€, fico satisfeito pois o Senhor Vereador anunciou agora um valor base licitação inferior a este valor. E agora o orçamento municipal vai suportar a totalidade da obra, RENs, projetos e construção da via, passando ainda a suportar os custos de manutenção de cerca de 18 quilómetros da Estrada Nacional 270 que passaram para o domínio municipal. Mais um mandato chega ao fim, novas promessas são servidas à população, recentemente a Câmara aprovou este relatório. Até há pouco tempo quando se perguntava o Senhor Vereador das obras dizia que não conseguiam contactar os proprietários e agora descobriram e ainda bem e optam por uma forma coerciva para tomar conta dos terrenos, salvaguardando, claro, aqueles que não forem adquiridos amigavelmente. Trata-se, portanto, de um conjunto de 42 parcelas com um custo total de 1.000.000,00€. Eu acho que finalmente foi dado o primeiro passo para que a Circular seja uma realidade, assim já o devia ter sido dada há mais tempo se tivessem ouvido as diversas propostas que temos vindo a fazer nesta Assembleia sobre esta matéria. Trata-se de um equipamento de interesse municipal e a Câmara já devia ter avançado com processos de expropriação. Não o fez. As questões que faço e pergunto é que se a Câmara neste momento já tem algum terreno na sua posse, se tem alguma escritura de promessa de algum destes terrenos, se já foi falar com algum dos proprietários no sentido de negociar o custo do terreno ou se esteve parado à espera agora que esta solução da expropriação resolva todos os problemas.

Pedi para intervir a Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), que disse que antes de falar em concreto da Circular Norte deve fazer um enquadramento que acho que faz todo o sentido elo de ligação que começamos esta sessão a falar de um reconhecimento de uma entidade europeia no dia em que há a renúncia da Senhora Vereadora Heloísa Madeira. Portanto, parece-me que isto é absolutamente demagogia pura e é demonstrativo que não há limites para a manipulação das pessoas. Esta demissão é grave, como já havia sido a demissão



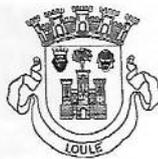
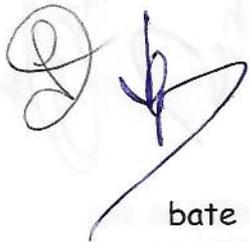
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do Senhor Adriano Pimpão, que referiu e isto tem todo o enquadramento, na sua última sessão da Assembleia Municipal que prometia que se iria calar porque parecia que o conceito deputado que a bancada do PS tem é de estar calado e, portanto, uma frase que demonstra. E vem o Senhor Deputado Abel Matinhos e o Senhor Presidente Vítor Aleixo falar de transparência e de um selo de excelência de governação, um título que em nada se relaciona com a factualidade que se vive neste Executivo, que é atraso nas respostas aos requerimentos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, interrompeu a intervenção da Senhora Deputada Bárbara Correia e informou-a, que o ponto que estava em discussão, era o Relatório da Avaliação dos terrenos da Circular Norte e não as demissões do Prof.º Adriano Pimpão e da Drª Heloísa Madeira, pelo que se insistisse nessa abordagem, lhe retiraria o uso da palavra. A Senhora Deputada, insistiu na relação entre os temas, pelo que lhe foi retirada a palavra, tendo sido informada, que se poderia inscrever novamente, desde que para intervir sobre o tema em discussão.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Costa (PS), disse que quer registar que o Executivo que esta Assembleia fiscaliza chega aqui com uma proposta em concreto com um valor de adjudicação que até é inferior, como foi falado há anos atrás, e agora este grupo parlamentar sente que esta obra será uma realidade em breve.-----

Pedi para intervir a Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), que se dirigiu ao Senhor Presidente que nas respostas às intervenções dos cidadãos, que não tem culpa nos assuntos nos quais não tem voto na matéria, uns não tem culpa, noutros assume-os por completo e, portanto, estou a falar da Circular Norte. Falo de assumir um projeto que não era da responsabilidade total deste Executivo e que tinha um projeto inicial de 4 faixas. Em 2001 foi assinado um protocolo com as Estradas de Portugal, assinado pelo Senhor Deputado Socialista Carlos Costa, na altura Vice-Presidente, em que a Câmara Municipal de Loulé teria que pagar apenas 35% das expropriações e 17% do valor da obra e esta Circular seria com 4 vias. O que é que este Executivo faz? Decide assumir a totalidade do valor da obra e no nosso entender 2 vias não é uma circular, é uma avenida, ao menos chamem as coisas pelos nomes. Este Executivo quer muito uma avenida e notem no *timing*, portanto, decorridos 8 anos de mandato, este ano, o ano de eleições, é que vai ser. O facto de assumirem também a totalidade da obra demonstra também a falta de poder reivindicativo deste Executivo. Se havia um acordo com as Estradas de Portugal porque é que este Executivo não



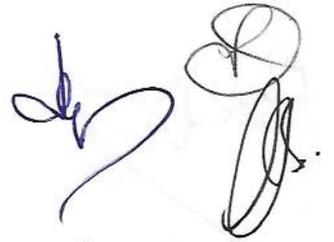
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

bate o pé e exige as construções nos moldes previamente acordados? É esta também a questão que fazemos. Mas não, este Executivo faz e que mantém o seu *modus operandi*, que também já não é a primeira vez, assume uma obra na totalidade quando há tantas outras carências neste Executivo. Portanto, tudo errado. Gostávamos de também questionar para quando é que estava prevista a finalização desta obra, antes de 26 de setembro é derrota, portanto, promessas, promessas, promessas, estão em campanha, compreendemos, uso as palavras do Senhor Presidente, mas não aceitamos, é lamentável estes dois pontos que aqui referi.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse que este é um assunto que o grupo municipal do PSD tem falado durante estes 4 anos daqui a esta parte. De facto, consideramos que este projeto, esta estrutura é fundamental para o desenvolvimento económico e social do município de Loulé, atendendo que permitiria deslocar grande parte do trânsito especialmente pesado que atravessa a nossa cidade com todos os problemas ambientais e problemas de estacionamento que aqui vemos diariamente. O facto é que era uma contrapartida de uma terminada do aterro sanitário e essa contrapartida está plasmada num documento que passarei a ler, diz ele no ponto número 3: "O projeto de expropriação considerará apenas a concessão de duas vezes duas vias, o custo das expropriações será suportado 35% pela Câmara Municipal de Loulé, ficando a CCDR comprometida de diligenciar no sentido de assegurar participação dos restantes 65%." Portanto, o projeto, a parte da expropriação era paga 35% pela Câmara Municipal de Loulé e os restantes 65% pela CCDR através dos fundos comunitários de apoio. E diz no ponto número 4: "A obra que corresponde à primeira fase será suportada 17,5% pelo Instituto de Estradas de Portugal, que será o dono da obra, 17,5% pela Câmara Municipal de Loulé, ficando a CCDR comprometida por diligenciar e assegurar a participação dos restantes 65%. Vemos que havia um acordo e pasme-se que são assinados por 3 pessoas e passo a ler também: "O Presidente da CCDR, Doutor João Pinto Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal de Loulé Doutor Vítor Manuel Aleixo e Presidente do Instituto de Estradas de Portugal Professor Doutor António Rossano Garcia", pasme-se que é assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, diz que não tem conhecimento, mas de facto nós tínhamos uma estrutura que é necessária, que é premente, todos nós ansiamos, qualquer munícipe louletano anseia por esta infraestrutura, existem contrapartidas dadas por outras entidades a nível nacional que não permite sacrificar o erário municipal, todavia, o nosso Presidente da Câmara, por sua bela espontaneidade, assume essa responsabilidade por trazer esta estrutura para o município, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



assume a quase totalidade do investimento. O facto é que decorridos praticamente 8 anos desde que o Senhor Presidente está cá e que era uma das bandeiras do seu programa eleitoral, não está feito. Nem com o dinheiro próprio da Câmara se consegue concluir uma obra digna e necessária para o desenvolvimento económico e social do município que é claramente a Circular Norte. Por isso, Senhor Presidente da Câmara, não vale a pena negar o que está escrito que ele está aqui plasmado neste documento, nós tínhamos umas contrapartidas, elas foram automaticamente revogadas e assumidas na totalidade pela Câmara Municipal de Loulé, não obstante não termos obra feita e continuam hoje os munícipes de Loulé a ser todos os dias bombardeados por camiões que passam pela cidade e que infestam o ambiente com gásóleo e com fumos e o que nós queremos é esta situação resolvida e o facto é que decorridos 8 anos do seu mandato nada está feito e por isso urgentemente queremos uma resposta relativamente a esta questão, Senhor Presidente. Quando teremos a Circular Norte concluída?-----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que disse que é com o maior gosto que vou explicar este assunto até porque ele começou comigo, curiosamente, quando de facto foi assinado esse protocolo que foi com o Professor Maranhã das Neves, Secretário de Estado, comigo, e julgo com o Presidente da IP das Estradas de Portugal. Primeiro esclarecimento, Senhores Deputados, eu acho que vocês deviam estudar melhor os dossiers porque há uma grande confusão na maneira como apresentam o assunto, há uma grande confusão. É uma história longa que vem desde que estive no Executivo do Dr. Joaquim Vairinhos, com responsabilidades como Vereador das Obras e que depois passaram os 12 anos de governação do PSD e que agora vamos concluir 8 do novo governo do Partido Socialista. Esta história é longa, teve muitas vicissitudes, teve aqui gente que fez, que planeou e que fez, e temos aqui curiosamente quem não fez nada, não ajudou nada e eu vou explicar porquê. Primeira questão que eu quero que fique bem clara, não foi assumida nenhuma contrapartida pelo Governo de que iriam pagar a Circular porque havia o aterro, esse foi apenas um dos motivos que justificou à Câmara apresentar como razão suficiente porque aquela obra naquela altura era o Governo que deveria assumir e, portanto, nós tínhamos que apresentar uma razão forte e a razão que apresentamos é que havia um aterro sanitário para onde os camiões que transportavam o lixo para o aterro não deveriam, naturalmente, atravessar a cidade de Loulé e deveriam ter uma circular. Esse foi um argumento, mas nunca foi tal razão assumida como contrapartida para obrigar o Estado ou vincular o Estado à execução dessa circular. Portanto, isso é importante que fique muito claro. Não obstante através



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

desse protocolo em que a Câmara, como diz, assumia da sua parte 17,5% para os terrenos, que foi assinado comigo, depois foi feito o projeto nesse tempo, com muita pressão minha que depois o governo socialista que continuou e executou. Foi o governo socialista que executou a circular desde a área empresarial até ao Centro de Saúde e ao Pavilhão Municipal. E não foi o resto, porque o resto tinha problemas de natureza ambiental e, portanto, o Doutor Seruca Emídio também deve saber bem esta história porque ele depois continuou e eu disse na altura, é preferível assumir a execução da Circular entre a área empresarial, a sul de Loulé até ao Pavilhão Municipal e a outra parte far-se-á depois. Esse projeto, esse protocolo que foi negociado por mim, projeto feito no meu tempo, pelas Infraestruturas de Portugal foi feito, o governo do Doutor Seruca Emídio chegou, mas foi o governo nacional, na altura socialista, que executou toda a empreitada. Portanto, aqui os senhores têm pouco mérito, os senhores aqui trabalharam na parte que faltava, que foi do Pavilhão até à rotunda do cilindro que vai para as Barreiras Brancas, portanto, aí trabalharam, passaram-se 12 anos e de facto também não concluíram o bocadinho que faltava e que ainda falta hoje. Portanto, 12 anos e não concluíram esse bocado, porque antes de aparecer uma obra há muitos anos de negociação, de projeto, há todo um trabalho que as pessoas não vêem, mas ele está a ser feito. E é muito triste quando hoje as pessoas vêm criticar e dizem "não se vê nada, não há nada" e quando o concurso já está aberto para aquilo que falta e mais uma vez cá estamos nós no momento de executar porque os senhores quando governam, e agora não estou a referir-me ao governo local, mas especialmente os vossos governos nacionais só têm uma atitude perante o país, é cortar tudo, cortam tudo e especialmente investimento público, isto pode-se confirmar bem no concelho de Loulé e a Circular é um bom tema para contar a história entre governos que governam, aplicando medidas de austeridade, cortando investimento público e por aí fora, este historial não quero entrar nele. Portanto, fizeram um projeto, esse projeto voltou a ter problemas ambientais que era o tal projeto com as tais 2 por 2 e que não o fizeram. Quando eu voltei a assumir e é preciso que os Senhores Deputados saibam disto. Em 2013 quando me candidatei a primeira vez não estava escrito lá o compromisso de concluir a Circular de Loulé. Sabem porquê? Porque nós estávamos numa crise enorme e que abalou violentamente as finanças públicas municipais e eu sabia qual era a situação. E por isso mesmo esse compromisso eleitoral eu não o assumi em 2013, só voltei a assumir em 2017, foi aí que eu assumi e, portanto, os senhores quando me cobram hoje, na verdade, esse compromisso foi assumido há 4 anos, embora eu antes do primeiro mandato já tivesse trabalhado muito. E agora vou contar o resto da história. Depois da crise, o governo socialista, porque o vosso era impensável, disse-me assim "Presidente, nós não temos maneira nenhuma de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

fazer essa estrada, de concluir essa estrada, não há dinheiro para isso, as prioridades hoje são outras." E eu na altura, como a Câmara Municipal de Loulé tinha uma situação confortável disse "então deixem a Câmara Municipal de Loulé executar essa obra" e os senhores começaram logo a criticar "isso é o Governo que deve fazer, e não deve gastar dinheiro do município." Bom e eu agora pergunto-vos para que é que serve o dinheiro, o dinheiro que é de todos nós, que é público? Serve para resolver os problemas das pessoas, ou não serve para isso? Acho que sim, aí estamos de acordo com certeza absoluta. Portanto, se o Governo não fazia, eu em nome da Câmara Municipal de Loulé e dos interesses dos louletanos cheguei-me à frente e disse "deixem a Câmara fazer." Então o que é que fizemos? A conclusão da Circular Norte está integrada na Variante à Estrada Nacional 270, que é uma estrada regional e que de acordo com o Plano Rodoviário Nacional, de acordo com esse plano, para nós podermos fazer esta obra impuseram-nos a condição de receber esta estrada, a Estrada Nacional 270, que está dentro das estradas regionais, essa estrada teve de ser desclassificada teve que passar do Estado para nós, que é uma figura jurídica que é a mutação dominial e levou muito tempo a conseguir que o governo socialista com a IP, foram muitas as negociações, muitas deslocações a Lisboa para conseguir que houvesse uma mutação dominial porque foi a condição imposta e nós recebêssemos toda a Estrada Nacional 270, que começa na Ladeira dos Matos, ao pé da Fábrica da CIMPOR, e termina em Apra, na ligação ao concelho de São Brás de Alportel. Portanto, vocês para fazerem têm que receber esta estrada e depois vem aqui à Assembleia Municipal. Sabem quando? Em setembro de 2017 e eu vim aqui pedir autorização aos deputados municipais para receber aquela estrada porque era a única maneira de poder concluir o resto da Circular. E sabe qual foi o seu voto e de alguns deputados que estão aqui hoje? Foi contra. E Senhor Deputado Carlos Martins, sabe qual foi o seu voto? Foi contra. Portanto, os senhores o que não querem, nós somos presos por ter cão e presos por não ter. Os senhores são profundamente contraditórios de cada vez que falam nesta estrada. Os senhores estão-se constantemente a contradizer e jogam com a boa-fé das pessoas que nos ouvem e que não conhecem estes assuntos todos, porque tem a vida deles, não acompanham isso como nós acompanhamos e os senhores deviam ser um bocadinho mais sérios quando falam nestes assuntos, portanto, os senhores votaram contra, mas naquela altura não tínhamos a maioria que temos hoje, não tínhamos. E sabe quem é que nos valeu? Tivemos maioria por 1 voto e não foi do PS, foi o voto da Deputada da CDU que aqui esteve, Carla, uma senhora respeitável e eu no fim da reunião fui ao pé dela e disse "olhe, eu quero que você saiba de uma coisa, foi graças ao seu voto que nós vamos poder desenvolver o projeto" e foi a partir daí, Senhor Deputado e Senhor Deputado Carlos Martins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que nós começamos a trabalhar no projeto, depois de um trabalho de secretaria e de negociação muito longo. Vocês sabem disto tudo, não é a primeira vez que eu digo, mas como hoje em dia, infelizmente, dado o excesso de informação, as pessoas escutam hoje, amanhã estão esquecidas, vocês jogam com isso e isso é feio, no mínimo isso é uma coisa muito feia. Volto a contar a história porque há aqui muita gente que aposta na confusão, eu durmo descansado porque nós trabalhamos muito e agora quero-lhe dizer, nós fizemos um projeto novo e esse projeto não vai seguir o tal perfil que estava definido nesse protocolo, vai seguir o perfil que vem de lá debaixo da rotunda da Goncinha, sabe porquê, Senhor Deputado? Porque nós hoje em dia já não vivemos há 20 anos, nós hoje em dia temos que dar lugar a vias mais amigáveis, esta nova via, este novo projeto vai apenas ter uma por uma, portanto, uma faixa por uma faixa, uma em cada sentido e está um projeto fantástico, que já foi aberto o concurso e em breve a obra será adjudicada, mas não com o vosso apoio e vai-se fazer contra o vosso voto, vai-se fazer contra a vossa vontade e, portanto, os senhores não têm nenhuma legitimidade de criticar a Câmara porque a obra ainda não está ainda feita porque foi difícil chegar aqui e é um projeto novo que vai ter ciclovias, que vai ter passeios generosos, que vai ter árvores porque o mundo mudou, daqui a 10, 15 anos os automóveis irão ser ferramentas de deslocação dos cidadãos partilhados, vão ser elétricos, a hidrogénio e partilhados. Essa coisa bizarra cada vez mais para as novas gerações, para a geração da Bárbara, que ali está, que está ainda a dar os primeiros passos, para a geração do Abel Matinhos, que ali está, que está igualmente a dar os primeiros passos na política, devem perceber que o mundo mudou muito e que hoje a circulação nas cidades, não é com os conceitos do final do século passado, são conceitos novos, de mobilidade ambientalmente sustentável e a Câmara de Loulé que é uma Câmara muito contemporânea e alinhada com as novas temáticas que hoje são a grande preocupação da humanidade fez um projeto alinhado com esses valores. Portanto, Senhor Deputado, não está ainda feita, foi aberto o concurso, há de ser adjudicada e vamos negociar primeiro os terrenos porque nós aqui não expropriamos à bruta, acho até esquisito que os senhores digam "expropiem, expropiem", não, Senhor Deputado, nós primeiro vamos negociar com as pessoas, uma negociação amigável, só depois se não chegarmos a acordo é que vamos expropriar, pois é assim que a lei manda. Desculpe lá, não o reconheço nessa linguagem de avance e exproprie porque nós aqui não temos essa cultura. Nós temos a cultura de respeitar os direitos de propriedade das pessoas e primeiro negociar e só depois expropriar, se não tivermos a possibilidade de negociar amigavelmente com as pessoas. Portanto, Senhores Deputados, a obra vai-se mesmo fazer, mas não é agora e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nunca foi com o vosso apoio.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que disse que convém também em resposta aos comentários do Senhor Presidente da Câmara esclarecer que nem tudo o que o Senhor Presidente que muito do que crê, que acredite, é verdade, não é? Antes de mais, o programa de 2017 é claro e é transparente, está aí, eu posso mostrá-lo, o Senhor tem aí, mas eu também o tenho cá, sabe já o mostrei várias vezes para que o Senhor tenha consciência que nós estamos atentos. Entre a Circular Norte e outras circulares nortes há muito programa que o Senhor não fez e o Senhor sabe perfeitamente que eu não queria estar a precisar, mas eu diria que 50% do seu programa o Senhor não o cumpriu. O que na realidade revela e releva que o Senhor não cumpre com a sua palavra com as promessas eleitorais. Isto é que é na realidade feio. O Senhor Presidente da Câmara ganhar uma maioria expressiva nesta Assembleia e no Município da forma que ganhou, mas com meias-verdades, o Senhor não disse a verdade aos munícipes, o Senhor prometeu um programa eleitoral, disse que durante esse mandato iria cumprir aquele programa e o Senhor não cumpriu. Por muita vontade que o Senhor Presidente da Câmara tivesse em querer concluir o facto é que analisamos no fim do mandato, falta um mês para o fim do mandato e o Senhor Presidente da Câmara não cumpriu 50% do seu programa eleitoral. Este é um facto que o Senhor tem que levar. Segundo, já há pouco o Senhor Vice-Presidente falava do investimento que este ano, digo-lhe que tenho que tirar o chapéu, perdoe-me a expressão, há na realidade investimento concreto de capital, mas há crescimento mediano, aquilo que é plausível que uma Câmara Municipal invista. Basta dizer que se nós analisarmos o período entre 2012 e 2013, a rubrica investimento andou na ordem dos 35.000.000,00€. Quando olhamos entre 2014 e 2020 não passaram dos 15.000.000,00€, 12.000.000,00€, 14.000.000,00€ à exceção dos últimos 2 anos subiram para os 20.000.000,00€ e que este ano andaram na ordem dos 32.000.000,00€. Em suma, se fizermos uma média ao investimento feito do Município de Loulé rondarão certamente à volta dos 16, 17, 20.000.000,00€ enquanto o Executivo do PSD durante o tempo que esteve cá a média do investimento rondou acima dos 30.000.000,00€ entre 30 e os 35.000.000,00€, portanto, não vale a pena escamotear a verdade, não vale a pena ocultar os factos, eles estão cá, basta analisar as contas consolidadas dos vários anos da Câmara Municipal de Loulé para conseguirmos chegar a esta conclusão. Acredito que tenham feito um esforço muito grande para este ano em termos de investimento, mas o facto é que nos últimos 7 anos não o fizeram, andaram a gastar 14, 15.000.000,00€ de investimento, não fizeram nada, não fizeram uma creche, não fizeram uma estrada, não fizeram uma escola, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

fizeram um lar, não fizeram nada, rigorosamente nada. Para fechar o facto é que o Senhor Presidente diz que "bom, não vivemos há 20 anos, há conceitos novos", mas oh Senhor Presidente sabe que existem cada vez mais carros, há se calhar 1,2 ou 1,3 carros por pessoa, eu não compreendo como é que o Senhor quer reduzir o nível das estradas, tal como fez à entrada de Quarteira, onde há constantemente acidentes, quer replicar o mesmo insucesso, mas na Circular Norte, sabia perfeitamente que o volume de tráfego é maior, cada vez há mais carros e o Senhor quer encurtar as vias, é isso que eu não percebo. Portanto, eu diria que o Senhor está a utilizar mal os dinheiros públicos porque está a utilizar uma determinada verba para um fim que não é necessário porque o que precisamos é de estradas largas para poder circular claramente o maior número de veículos e rapidamente sem que haja filas intermináveis. Portanto, não colhe o seu entendimento de que na realidade há novo paradigma na construção de estradas de uma forma de uma vez uma via que não faz sentido, nós precisamos de vias rápidas para deslocar especialmente para circular quando se trata de tráfego pesado que normalmente anda muito devagar e que geralmente origina filas se tiver só uma via. O Senhor sabe perfeitamente, eu não preciso de estar aqui a incutir, a explicar isso porque sabe perfeitamente que carros pesados transitam de uma forma muito vagarosa e que vai originar filas intermináveis na Circular Norte. Segundo, o Senhor diz que não expropria, lembre-se só do Eixo Norte Nascente, Senhor Presidente, sabe o que é a imposição administrativa? O Senhor sabe o que é a imposição administrativa que foi o que a Câmara Municipal de Loulé fez àqueles proprietários que estavam no Eixo Norte Nascente que vai expropriá-los todos de uma forma arbitrária. E o Senhor tem a coragem de dizer nesta Assembleia que não faz expropriações quando o Senhor impõe a imposição administrativa para expropriar os terrenos do Eixo Norte Nascente? Senhor Presidente, por favor, tente falar a verdade para os seus munícipes e não tente escamotear aquilo que nós sabemos de perfeita mão o que é que aconteceu.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que disse que resumindo gostou muito do ar paternalista do Senhor Presidente e da forma como se dirigiu aos deputados da oposição nomeadamente a mim. Em 2013 era promessa e não cumpriu e a culpa foi da oposição. Em 2017 prometeu que seria no próximo ano e falhou e a culpa é dos outros que não têm poderes executivos. Em 1998, salvo erro, lançou um concurso de uma obra ilegal, mas foi o Senhor Presidente que a fez porque não tinha estudo de impacto ambiental e na oposição, esta mesma Circular na mesma zona. Na altura votamos contra a tal proposta que o Senhor disse que somos culpados agora da Circular porque consideramos que o Município foi arcar com responsabilidades que eram do Estado porque se o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Estado fosse do PSD o Senhor não arcava com nenhuma responsabilidade, esta é que é a verdade. E mais, o Senhor foi eleito com uma maioria tão substancial que teve todos os poderes e dinheiro para fazer obra e se o Senhor não faz a culpa não é nossa, Senhor Presidente, não venha com desculpas, nem acusações, assumal!-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que começa por lamentar a ausência da Senhora Vereadora Heloísa Madeira que tinha efetivamente uma importância grande de estar presente nesta Assembleia Municipal porque o Planeamento tem muito a ver com a projeção das obras e ela era a pessoa responsável, aliás, intervinha sistematicamente nesta matéria, é uma pena, lamento, não sei os motivos, naturalmente, mas vamos continuar. Faço também aqui o apelo ao Presidente da Assembleia para ver se não me retira a palavra porque eu vou falar da Circular Norte, depois do Senhor Presidente ter falado, ele continua a ver, a ter a sua verdade, é a verdade dele e não considera que a verdade dos outros também têm a possibilidade de verem de outra forma e eu chego à conclusão, muito facilmente, de que nós PSD conseguimos negociar e obter melhores benefícios para o concelho de Loulé com um governo socialista do que a própria Câmara socialista consegue fazê-lo neste momento porque efetivamente nós conseguimos que fosse o Governo socialista que comparticipasse connosco na construção da estrada. Relativamente à futurologia que o Senhor Presidente faz do que é que vão ser os carros e se vão ser aviões, já não há estradas daqui a vinte, trinta anos, oh, Senhor Presidente, o Senhor, tal como eu e qualquer um, estamos muito longe de pensar e acertar naquilo que vai acontecer. Em primeiro lugar, aquilo que vai ser construído não é uma avenida urbana, é uma circular, se fosse uma avenida urbana eu até considerava que 2 faixas, uma para cima, outra para baixo davam, agora isto é uma circular e até cidades como São Brás de Alportel em todas as circulares têm 4 faixas, eu não percebo como é que nós aceitamos uma situação destas. Eu penso que isso é assumir a sua incapacidade de fazer uma obra com dimensão para o futuro, uma visão que é aquela que eu tenho de desenvolvimento da nossa cidade. O governo PSD efetivamente não fez a outra parte, mas isso todos nós sabemos que foi resultado da situação financeira que o país se encontrava relacionado com a Troika. Nessa altura as obras acabaram em todo o país. O que vai acontecer aqui é que vai ser feito uma obra que não vai dar resposta às necessidades da cidade de Loulé, vai mais uma vez atrasar o desenvolvimento na sua afirmação, como parte do grande desenvolvimento do concelho e que nós daqui a meia dúzia de anos vamos nos arrepender. Relativamente ao futuro, como aqui foi dito esta noite, o futuro está no Deputado Abel Matinhos, na Senhora Deputada Bárbara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Amaral, é pena que nós não consigamos ser pedagogos relativamente a estes deputados e lhes retiramos as palavras quando eles falam das coisas que não queremos ouvir. Era muito mais fácil do meu ponto de vista e mais pedagógico chamar a atenção, dar uma segunda oportunidade e ouvir até porque ela estava a tentar fundamentar. Isto afasta os mais novos da política e nós temos que ter capacidade de encaixe relativamente a estas matérias porque o quero, posso e mando, isso já foi de outro tempo que tanto criticamos relativamente à democracia. Penso que neste momento não é aceitável este tipo de situações.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que irá ter a máxima contenção, até porque quem fala em último é que parece que tem razão, às vezes parece isso, mas de facto não é. O nosso programa eleitoral, Senhor Deputado Mário Botelho, está executado em perto de 80%, nós fazemos balanços muito rigorosos daquilo que está escrito aqui e do que foi executado. Portanto, perto de 80% está executado na totalidade ou em execução. Depois queria-lhe dizer que o investimento na Câmara Municipal de Loulé, o Senhor diz que não fazemos nada, não fazemos escolas, não fazemos nada para o Senhor, eu acho que não fazemos tudo, acho sinceramente que não fazemos tudo, que não fomos capazes, até porque tem sido um tempo muito difícil, muitas coisas se complicaram nestes últimos 2 anos com a pandemia, mas mesmo assim fazemos bastantes coisas. E quero-lhe dizer que a prova disso foi a publicação no ano passado do Anuário dos Municípios Portugueses em que o município de Loulé aparece em primeiro lugar no valor de investimento público, primeiro lugar, Senhor Deputado, investimento público em obras de capital. Isso dá bem a ideia do grau de bom trabalho feito pelo Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Loulé. Não sou eu que o disse, mais uma vez, é esse anuário oficial, somos o primeiro município de média dimensão em Portugal em investimento público, esta é a verdade, ainda que o Senhor negue uma, duas, três, quatro vezes são estes documentos que a mim me deixam tranquilos porque se fosse acreditar naquilo que o Senhor diz aí tantas vezes e que se calhar muita gente à força de ouvir tantas vezes é capaz de acreditar lembrando uma técnica do século passado que eu não quero referir, eu não era capaz de estar aqui, de continuar aqui se fosse assim tão inepto, tão incapaz com a minha equipa, tal como o Senhor aqui diz, eu não era capaz de estar aqui.-----

Quanto à Circular, eu, o Senhor Deputado Seruca Emídio e o Senhor Deputado Mário Botelho temos de facto visões da nossa sociedade e do futuro muito diferentes, não há dúvida. Eu não digo que uma é melhor do que outra, ou que uma tem mais legitimidade que a outra, agora como tenho esta é com esta que eu trabalho. E tenho a certeza absoluta, tenho convicção que, são vários organismos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que dizem, que reconhecem que a Câmara de Loulé é uma Câmara absolutamente avançada, alinhada com os novos valores de gestão do território. Não sou eu que faço a autopromoção. São inúmeros organismos nacionais e internacionais que reconhecem que esta Câmara é gerida com visão de futuro, com visão que se encaixa na perfeição, naquelas que são os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e isso é reconhecido por todos, portanto, veja bem, chamo-lhe a atenção, você já circulou na Circular de Loulé entre a rotunda do Centro de Saúde e a zona industrial? Ou entre a rotunda do Cilindro e a Goncinha? Já circulou aí? Já viu ali alguma vez o trânsito entupir? Não. Na outra que tem 4 faixas anda para lá a circular, se calhar, 20% do trânsito, dava para mais 80, nunca vejo aquilo com mais de 20% de utilização e na outra que tem um perfil diferente, tem um perfil igual aquele que eu quero fazer acrescentando ciclovias, árvores e passeios generosos, essa também poderá ter uma utilização na ordem dos 50%. Portanto, Senhor Deputado, eu quero gastar bem os dinheiros que são de todos nós e quero sobretudo dar qualidade de vida à nossa vida coletiva.-----

O Senhor falou da Avenida do Atlântico em Quarteira, está a criticar, mas é o único, sabe? Porque toda a gente diz que aquela obra é belíssima, poupamos as árvores, os carros circulam sem dificuldade. E vou-lhe dar um último exemplo que é a Variante Almancil que é uma Estrada Nacional 125, com muito trânsito, eu não conheço ali engarrafamento, porque é que o resto da Circular de Loulé havia ter 4 faixas? Explique-me que eu não percebo. Portanto, eu termino, dizer que é tão legítimo o ponto de vista do Doutor Seruca Emídio como o seu, como o meu, como nós governamos, como temos até agora o apoio dos cidadãos, vamos continuar nesta linha de fazer, mas fazer com os valores da sustentabilidade ambiental.----

O Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu aos Deputados Márcio Fernandes e António Martins que se tinham efetivamente inscrito, o facto de terem prescindido da sua intervenção.-----

Passou-se à votação;-----

b)- Proposta 48/2021- Deliberação relativa à Aprovação dos Relatórios de Avaliação referentes à empreitada Circular Norte de Loulé, autorização para aquisição dos imóveis, devidamente identificados quer nas fichas de avaliação, quer no mapa de expropriação, nos termos e efeitos do art.º 25.º, n.º1, alínea I e art.º 33.º, n.º1, alínea CCC, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (RJAL), na sua atual redação; [Proposta da Câmara Municipal n.º 966-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor (24 PS, 2 PSD e 1 BE), 6 votos contra (5 PSD e 1 CDS) e 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

abstenção do Deputado Francisco André Rodrigues (PSD).-----

Foi apresentada uma Declaração de Voto oral da **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, "A bancada do PSD vota contra os relatórios de avaliação referentes à empreitada Circular Norte de Loulé tendo em consideração a alteração do modelo inicialmente aprovado com as Estradas de Portugal com base em determinados pressupostos, nomeadamente o facto de em relação à proposta inicial esta alteração representar uma responsabilidade financeira exclusiva da Câmara Municipal de Loulé e a alteração de 4 vias para 2 vias que não salvaguarda os interesses da cidade, nem o desenvolvimento da mesma".-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

José Conceição



Apreciação e voto em
senão da AML de 26.7.21
1 voto Contra
7 abstenções

MOÇÃO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Faleceu no passado dia 25, com 84 anos de idade, Otelos Saraiva de Carvalho, o principal responsável pelo setor operacional da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas, que a 25 de abril de 1974 fez cair o regime do Estado Novo, o qual vigorava há 48 anos em Portugal.

Otelos Saraiva de Carvalho nasceu na antiga cidade de Lourenço Marques, hoje Maputo, capital de Moçambique, em 31 de agosto de 1936.

Na sua carreira militar consta o facto de ter sido Alferes em Angola de 1961 a 1963 e Capitão de novo em Angola de 1965 a 1967 e também na Guiné entre 1970 e 1973. Foi um dos principais dinamizadores do movimento de contestação ao Decreto-Lei nº 353/73, que deu origem ao Movimento dos Capitães. A seguir ao 25 de abril foi graduado em Brigadeiro, para ser comandante do COPCON e Comandante da Região Militar de Lisboa a 13 de julho de 1975.

Fez parte do Conselho da Revolução quando este foi criado a 14 de março de 1975, a seguir à tentativa de 11 de março de 1975 e foi candidato às eleições presidenciais de 1976 e de 1980.

Foi uma figura incontornável da Revolução dos Cravos e muito controversa do período que lhe seguiu, não sendo consensual a apreciação da sua ação durante esse tempo, pelo que a história encarregar-se-á de julgar o seu fervor, coragem e ação revolucionária,

No momento em que parte, quis o destino que também fosse num dia 25, neste caso a 25 de julho de 2021, é justo que seja recordado e que nos detenhamos apenas naquilo em que é verdadeiramente consensual: Otelos Saraiva de Carvalho foi o grande estratega da revolução dos cravos de 25 de abril de 1974, que terminou com a guerra colonial em África e que devolveu a liberdade, a esperança e a dignidade ao povo português.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PS com assento na Assembleia Municipal de Loulé sobreleva, essencialmente, o papel que o Coronel Otelos Saraiva de Carvalho teve naquela madrugada libertadora do 25 de abril de 1974 e propõe um voto de pesar pelo seu falecimento.

Loulé, 26 de julho de 2021

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Apreciação por mais
com insereção de
proposta para
que seja dada
com o falecimento
à família e a
Saraiva de
25 de julho
26.7.2021
Le



VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Disse Sebastião da Gama:

"Comovidos e mudos.

Chegamos? Não chegamos?

Haja ou não frutos,

Pelo Sonho é que vamos. "

É com enorme pesar que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda regista o falecimento de Otelo Nuno Romão Saraiva de Carvalho, ontem, dia 25 de Julho de 2021, propondo que se faça a devida homenagem, nesta Assembleia Municipal para o Capitão de Abril que, naquele "dia inicial, inteiro e limpo", o 25 de Abril de 1974, liderou o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, ação fundamental na vitória sobre uma ditadura de 48 anos que conduziu os portugueses ao obscurantismo, à guerra colonial e à pobreza.

Homem de enorme coragem e generosidade, impetuoso e controverso, mas sempre ao serviço dos seus ideais, com um coração onde cabiam, acima de tudo, os mais genuínos sentimentos da Amizade, serviu Portugal sem se servir e deixa um legado de Liberdade que a memória dos portugueses não esquecerá.

Otelo ficará na História de Portugal como um dos Capitães de Abril, que tornou irreversível o movimento das Forças Armadas rumo à libertação do nosso povo e dos povos das colónias, pondo fim a uma guerra sem sentido nem fim à vista, onde tombaram milhares de filhos da Nação.

O País fica mais pobre com a sua partida.

A Assembleia Municipal de Loulé, reunida no dia 26 de Julho de 2021, delibera:

Prestar homenagem e manifestar o seu profundo pesar pelo seu falecimento do Coronel Otelo Saraiva de Carvalho, apresentando os sentidos pêsames aos seus familiares, camaradas e amigos e um

minuto de silêncio em memória ao Capitão de Abril e estratégia militar que conduziu ao sucesso da Revolução dos Cravos.

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



(Carlos José da Silva Martins)

Comunicado à
Asssembleia Municipal
no ponto 4 Expediente realizado
na SMS de 26.7.2021
26.7.2021



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

VOTO DE LOUVOR AO CENTRO ACADÉMICO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO BIOMÉDICA DO ALGARVE "ABC - Algarve Biomedical Center"

A pandemia por COVID-19 disseminou-se pelo mundo e o conhecimento científico demonstrou que o maior risco de transmissão do vírus está associado ao contacto e à proximidade, aumentando nos aglomerados populacionais e em espaços fechados, o que motivou grandes mudanças no funcionamento do sistema educativo português. Uma das grandes medidas implementadas pelo governo foi o encerramento dos estabelecimentos escolares.

Toda a comunidade escolar, alunos e suas famílias, escolas e autarquia, assumiram que fosse imperativo que a atividade letiva decorresse com a maior segurança para todos, pelo que foi essencial a rápida implementação de medidas de adaptação da comunidade escolar para a convivência com a pandemia COVID-19. Ao pensar que o vírus veio para ficar e que o medo não podia ser o travão do crescimento e desenvolvimento pleno das nossas crianças e jovens, foi levada a cabo uma estratégia junto dos agrupamentos de escolas por forma a que toda a comunidade soubesse conviver com o vírus da forma mais segura possível.

A Estratégia de Adaptação da Comunidade Educativa, implementada em todos os agrupamentos de escolas da rede pública do Concelho de Loulé, permitiu definir e colocar em prática a curto prazo um conjunto de medidas que visaram contribuir para a existência de um ambiente educativo com a máxima segurança em termos de saúde pública no Concelho de Loulé, maximizando as possibilidades existentes nos espaços físicos e adotando medidas que minimizassem as possibilidades de transmissão do vírus causador da COVID-19.

Por isto, o Conselho Municipal de Educação de Loulé em reunião decorrida no dia 7 de julho pelas 09h30, gratula e reconhece o profissionalismo, apoio e trabalho absolutamente fundamental a todos/as os/as profissionais do "ABC - Algarve Biomedical Center" na prevenção dos impactos da pandemia por COVID19, pelo que vem prestar o seu voto de louvor público e reconhecimento a todos/as os/as profissionais do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve "ABC - Algarve Biomedical Center", na pessoa do seu Presidente, Dr. Nuno Marques, que, desde o início da pandemia, sempre estiveram disponíveis para colaborar na conceção e implementação da estratégia de adaptação das escolas à pandemia, no funcionamento da Linha de Apoio Médico Escolar, no acompanhamento e monitorização das medidas no terreno, prestando todos os esclarecimentos às direções dos agrupamentos e aos serviços educativos, no desenvolvimento do plano de formação para que a organização e higienização das escolas fosse segura, no apoio à testagem do pessoal docente e não docente, demonstrando sempre um elevado espírito de compromisso para com a comunidade escolar, pelo que todo o apoio e colaboração para com os serviços foram e continuam a ser absolutamente indispensáveis no combate a esta pandemia.

Propõe-se que o presente Voto de Louvor Público seja divulgado junto da Assembleia Municipal de Loulé, de todos os Agrupamentos de Escolas/Escolas Não Agrupadas e Conservatório de Música de Loulé Francisco Rosado, Escola Profissional Cândido Guerreiro de Alte e Colégio Internacional de Vilamoura, do Conselho Municipal de Educação de Loulé, do Reitor da UALG, do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve "ABC - Algarve Biomedical Center", bem como dos meios de comunicação social regionais.

O Presidente da Câmara Municipal de Loulé

